

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Letícia Gonçalves dos Santos

A religião como instrumento político: o caso da Arábia Saudita

Florianópolis

2022

Letícia Gonçalves dos Santos

A religião como instrumento político: o caso da Arábia Saudita

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em
Relações Internacionais do Centro de Socioeconomia da
Universidade Federal de Santa Catarina como requisito
para a obtenção do título de Bacharel em Relações
Internacionais
Orientador: Prof. Dr. Jean Gabriel Castro da Costa

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Santos , Letícia Gonçalves dos
A religião como instrumento político : o caso da Arábia Saudita / Letícia Gonçalves dos Santos ; orientador, Jean Gabriel Castro da Costa , 2022.
89 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio
Econômico, Graduação em Relações Internacionais,
Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. Instrumentalização da religião . 3. Legitimação política . 4. Casa de Saud. 5. Wahhabismo. I. Gabriel Castro da Costa , Jean . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Relações Internacionais. III. Título.

Letícia Gonçalves dos Santos

A religião como instrumento político: o caso da Arábia Saudita

Florianópolis, 11 de julho de 2022.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof^a Dr^a Juliana Lyra Viggiano Barroso
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sell, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Certifico que esta é a **versão original e final** do Trabalho de Conclusão de Curso que foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais por mim e pelos demais membros da banca examinadora.



Documento assinado digitalmente

Jean Gabriel Castro da Costa

Data: 28/07/2022 10:11:47-0300

CPF: 273.410.268-47

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Dr. Jean Gabriel Castro da Costa

Florianópolis, 2022.

Este trabalho é dedicado aos meus colegas de classe e aos meus queridos pais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que me apoiaram durante o período de Graduação. Uma jornada que eu não poderia sequer ter iniciado sem o suporte de pessoas muito queridas e amadas ao meu entorno.

A minha família, em especial, que mesmo distante me ofereceu o incentivo e o apoio incondicional necessários para superar os muitos desafios que se apresentaram ao longo do caminho. Aos meus amigos, que rapidamente me fizeram sentir acolhida em uma cidade estranha e tornaram-se uma verdadeira família longe de casa. Ao meu namorado, pelo suporte e compartilhamento dos desafios e das conquistas. Ao meu orientador, pelo auxílio na etapa final da Graduação. À UFSC, pela oportunidade do ensino gratuito e de qualidade.

A todos os meus mais sinceros agradecimentos.

The state was the church, the church was the state, and God was head of both, with the Prophet as his representative on earth.

(PLATTEAU)

RESUMO

O Estado da Arábia Saudita foi consolidado através de uma poderosa aliança entre o líder da tribo saudita, Muhammad ibn Saud, e o criador do Wahhabismo, Muhammad ibn Abd al-Wahhab, dando início a uma tradição secular de alinhamento entre as elites política e religiosa e à instrumentalização de discursos e símbolos sagrados pelos governantes da nação. Em 2016, o recém apontado Príncipe Herdeiro e líder *de-facto* do Reino Saudita, Mohammed bin Salman (conhecido popularmente como MBS), propôs reformas ambiciosas e sem precedentes nas esferas política, econômica, social e religiosa, prometendo conter o fundamentalismo religioso e promover o Islã “moderado”. A comunidade acadêmica se dividiu entre celebrar as reformas e a aparente modernização da nação, e contestar se o seu verdadeiro objetivo não seria antes o “cortejo” do Ocidente, do que o atendimento das demandas dos cidadãos sauditas. A presente pesquisa objetivou verificar se as reformas de MBS podem significar o fim do uso instrumental da religião pelo Estado e se, conseqüentemente, estariam colocando em xeque o balanço entre política e religião, responsável pela estabilidade do país desde o advento de sua formação. Estaria o Príncipe Herdeiro disposto a arriscar sua liderança absoluta? Através da cuidadosa análise das reformas, das legislações conservadoras ainda em vigor, das reações do Ocidente e do papel político das instituições que formam o *establishment* religioso do país, percebeu-se que MBS ainda conta amplamente com discursos e símbolos sagrados a fim de legitimar e expandir seu poder político. Observou-se, sob sua liderança, a politização ainda maior da religião e das instituições religiosas, e, ao mesmo tempo, o alcance de significativos marcos de desenvolvimento societário, contrariando as expectativas de que o Wahhabismo precisaria ser marginalizado a fim de que o país pudesse adotar políticas progressistas. Através das análises empregadas, percebeu-se o caso singular e ambíguo do Estado Saudita, que passa por uma liberalização social, mas não política, discursa sobre a moderação Islâmica, mas mantém fundamentalistas Islâmicos em órgãos governamentais, prega pela paz, mas promove a guerra e pede por mais tolerância, mas pune aqueles que ousam se opor, mesmo que discretamente, as suas ações.

Palavras-chave: Instrumentalização da religião. Legitimação política. Casa de Saud. Wahhabismo.

ABSTRACT

The State of Saudi Arabia was consolidated through a powerful alliance between the leader of the Saudi tribe, Muhammad ibn Saud, and the creator of Wahhabism, Muhammad ibn Abd al-Wahhab, starting a century-old tradition of alignment between the political and religious elites and the instrumentalization of religious discourses and symbols by the governors of the nation. In 2016, the recently appointed Crown Prince and *de-facto* leader of the Saudi Kingdom, Mohammed bin Salman (popularly known as MBS), presented ambitious and unprecedented reform plans in the political, economic, social, and religious spheres, promising to contain religious fundamentalism and promote a “moderate” form of Islam. The academic community was divided between celebrating the reforms and seemingly modernization of the nation, and contesting if its true goal was not the “courtship” of the West, rather than responding to Saudi citizen’s demands. The present research aims to verify if MBS’s reforms can cause the end of the instrumental use of religion by the state, and if, consequently, they would threaten the balance between politics and religion, which has been responsible for the stability of the country since its formation. Would the Crown Prince be willing to jeopardize his absolute power? Through careful analysis of the reforms, the existing conservative legislation, Western reactions, and the political role of the institutions that compose the country's religious establishment, it became apparent that MBS still widely relies on religious symbols and narratives to legitimize and expand his political power. Under his leadership, an even greater politicization of religion and religious institutions was perceived. At the same time, significant cornerstones of social development were achieved, contradicting the expectations that Wahhabism would need to be marginalized so that the country could adopt progressive politics. Through the employed analysis, the singular and ambiguous case of Saudi Arabia stood out, considering that the country is going through a social, but not political liberalization, speaks about Islamic moderation, but keeps Islamic fundamentalists in government bodies, preaches about peace, but promotes war, and demands for more tolerance, but punishes those that dare oppose, even discreetly, its actions.

Key-words: The instrumentalization of religion. Political legitimization. House of Saud. Wahhabism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: % de pessoas que dizem que a religião é importante em suas vidas x PIB per capita	24
Figura 2: Renda resultante do petróleo (% do PIB).....	61
Figura 3: Hierarquia das organizações religiosas dentro do aparato estatal	67
Figura 4: Investimento direto externo (% do PIB).....	76

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Reformas implementadas pelo Reino da Arábia Saudita no âmbito do Programa Vision 2030 (2016-2022).....	57
Quadro 2: Medidas de apoio do <i>establishment</i> religioso às políticas estatais	71

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Classificação da Arábia Saudita nos principais índices e rankings globais	77
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

MBS Mohammed bin Salman

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. SECULARIZAÇÃO MODERNA	20
2.1 A CRISE DA HIPÓTESE DA SECULARIZAÇÃO	25
2.2 RELIGIÃO E POLÍTICA NO MUNDO ISLÂMICO: MAIS DO MESMO?	32
2.3 O ISLÃ COMO INSTRUMENTO POLÍTICO	38
3. RELIGIÃO E POLÍTICA DENTRO DA CASA DE SAUD	41
3.1 WAHHABISMO: O MOVIMENTO ISLÂMICO COM MAIOR INFLUÊNCIA NO MUNDO MODERNO	42
3.2. A CASA DE SAUD: A ÚLTIMA GRANDE MONARQUIA ABSOLUTA	44
3.3 QUANDO O POLÍTICO ENCONTRA O RELIGIOSO: ALIANÇA ENTRE O WAHHABISMO E A CASA DE SAUD	45
3.4 EQUILÍBRIO OSCILANTE	46
3.4.1 Os impactos da comunicação global e integrada	49
3.5 MBS E AS PROMESSAS DE REFORMA E MODERNIZAÇÃO	51
4. METODOLOGIA	55
4.1. AS REFORMAS DE MSB	55
4.2 CONSERVADORISMO NA ARÁBIA SAUDITA DE MBS	62
4.2.1 Regulamento de Decência Pública	63
4.2.2 Legislação Base para a Instituição de Imprensa	63
4.2.3 Legislação Base sobre Transmissões	63
4.2.4 Regras Regulamentares sobre Publicidade e Painéis de Propaganda	64
4.2.5 Lei dos Imãs, Muezzins e Servos das Mesquitas	64
4.2.6 Estatuto da Acadêmia Fiqh	64
4.2.7 Lei sobre a jurisdição da sharia	64
4.2.8 Lei de Proteção Contra o Abuso	65
4.2.9 Lei Anti-Assédio	65
4.3 O PAPEL DO ESTABLISHMENT RELIGIOSO DENTRO DO APARATO ESTATAL	66
4.4 O IMPACTO DAS REFORMAS NO ESTABLISHMENT RELIGIOSO	69
4.5 VOZES DE OPOSIÇÃO	73
4.6 REPERCUSSÃO INTERNACIONAL	75
4.6.1 Principais índices e rankings globais	76
4.6.2 Mídia internacional	77
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
6. REFERÊNCIAS	81

1. INTRODUÇÃO

Dos dias 16 ao 19 de dezembro de 2021, a tranquilidade do deserto saudita foi rompida por mais de cento e oitenta mil homens e mulheres que dançavam no ritmo das músicas eletrônicas mais populares internacionalmente. A cena, que chocou a comunidade internacional e foi motivo de indignação para certos setores da população saudita, pode ser contextualizada como parte de um festival de música eletrônica endossado pela monarquia saudita, seguindo uma estratégia nacional do Príncipe Herdeiro, Mohammed bin Salman (MBS), para modernizar o país. A diferença entre a “rave” saudita e outras festas similares no Ocidente? A música parou por quinze minutos para as orações Islâmicas.

Em 2016, MBS, então Ministro da Defesa, arquitetou um audacioso plano estratégico para o futuro do país, que previa reformas de longo-prazo em diversos âmbitos, incluindo o econômico, cultural, social e religioso. O *Vision 2030*, como foi chamado, objetiva criar uma Arábia Saudita mais tolerante, plural e conectada ao mundo. O festival retratado acima é simbólico das transformações pelas quais passa o país. Outros eventos como a Fórmula 1, bienais de arte e festival de cinema também tiveram lugar no Reino durante o mesmo período, e todos possuíam um objetivo comum: mostrar ao país e ao mundo que Mohammed bin Salman está disposto a realizar as reformas sociais que prometeu, de acordo com os desejos das democracias ocidentais e de certas camadas moderadas da população. Mas estaria o príncipe herdeiro realmente disposto a alterar o equilíbrio entre política e religião, estabelecido desde a formação do Reino com a aliança entre a Casa de Saud e o Wahhabismo?

A relação entre política e religião é um assunto amplamente debatido na comunidade acadêmica global desde o Renascimento, quando Maquiavel realizou estudos analisando a importância da religião e “[...] a forma como é trabalhada na cultura e na política [...]” (SOBOLESKI, 2011, p.40). Para o filósofo e estadista italiano, a religião “[...] está a serviço da política, como um instrumento essencial para a concepção e conservação do Estado.” (SOBOLESKI, 2011, p.40). Assim, mesmo em meio a uma tendência de secularização da sociedade e da cultura, diga-se, da emancipação destes setores do domínio das instituições e símbolos religiosos (BERGER, 2001), a religião continuou sendo um fator relevante de estudos para a compreensão dos Estados e, principalmente, da relação entre governantes e cidadãos.

Em concordância às análises de Maquiavel sobre discursos e símbolos sagrados, muitos pesquisadores atuais consideram que a relação de equilíbrio estabelecida entre política e religião é, essencialmente, responsável pela estabilidade do mandato de poder da Casa de

Saud na Arábia Saudita. Al Rasheed (2018) é um destes pesquisadores, e alega em sua obra que a fonte de estabilidade do regime manteve-se inalterada durante as últimas 6 décadas, tendo-se fundamentado em três pilares: i) um sistema político baseado no clientelismo e financiado pelo petróleo; ii) um forte relacionamento com a instituição religiosa que proporciona legitimidade ideológica ao regime; iii) a coesão entre os membros da família real.

Assim, este equilíbrio pode explicar, parcialmente, a razão pela qual o regime de monarquia absoluta ainda é a forma de governo da Arábia Saudita, mesmo tendo sido amplamente substituído por modelos de Estado representativos ao redor do mundo. No entanto, o segundo pilar de sustento da estabilidade saudita poderia estar sob ameaça, já que Mohammed bin Salman promete modernizar o país, aproximá-lo do Ocidente e reorganizar estruturas religiosas, o que poderia colocar em xeque as relações entre o Estado e a instituição religiosa.

A presente pesquisa considera emblemática a narrativa adotada pelo Príncipe Herdeiro da Casa de Saud, maior representação de liderança monárquica da Península Arábica, e questiona sua verdadeira disposição em arriscar sua posição como tal e desencadear eventos que possam levar ao fim do regime monárquico no país. A desconfiança quanto a narrativa de MBS parte do pressuposto bem ilustrado por Künler e Shankar (2018) no trecho abaixo:

[...] o vínculo entre um regime autoritário e sua legitimação religiosa no Marrocos, Irã e Paquistão, por exemplo, significa que a reforma interna é vista com suspeita (e de fato como indesejável) pela maioria das elites políticas, já que invariavelmente traria a natureza autoritária das relações estado-sociedade para foco [...] (KÜNKLER e SHANKAR, 2018, p.11, tradução nossa).

De fato, a reforma interna é vista com suspeita pelas elites políticas não só nos países utilizados como exemplo pelos autores, mas também na Arábia Saudita, onde o foco na natureza autoritária das relações entre o Estado e a sociedade poderia ameaçar a estabilidade desfrutada pelo regime monárquico do país há décadas. Assim, as modernizações propostas por MBS se tornam ainda mais atípicas, podendo gerar tensões singulares dentro da Casa de Saud caso gerem o rompimento das atuais relações entre as autoridades políticas e religiosas do país.

Portanto, de um lado, tem-se a narrativa amplamente difundida entre as grandes mídias ocidentais de que as reformas modernizantes de MBS seriam um passo rumo ao estabelecimento de um Estado representativo na Arábia Saudita, ameaçando o status quo do

equilíbrio entre o Islã e o governo. Por outro lado, tem-se a narrativa de que as reformas de MBS seriam apenas uma tentativa, por parte das lideranças políticas do país, de reverter a imagem da nação, tornando-a mais atrativa para o investimento estrangeiro, e conter os grupos reformistas e revolucionários nacionais, passando a falsa impressão de que suas demandas estariam sendo atendidas.

O presente trabalho pretende, através de evidências teóricas, analisar a hipótese de que, na Casa de Saud, por trás do véu simbólico da reforma, Mohammed bin Salman ainda guarda a religião como instrumento de controle e legitimação política, exceto que, agora, este instrumento encontra-se mais bem escondido, não mais no centro de Riad, onde o guardavam seus antecessores.

Com este fim, pretende-se discorrer brevemente sobre o evento da formação do primeiro Estado Saudita, juntamente às condições específicas que levaram ao seu surgimento e deram início a uma forte e estável aliança entre as maiores lideranças políticas e religiosas da nação, que, para muitos acadêmicos, teria servido como marco da separação de poderes entre a Casa de Saud, responsável pelo controle político, e o Wahhabismo, responsável pelo controle religioso do país. Desde então, de acordo com a visão dos autores Ulrichsen e Sheline (2019), a Casa de Saud tem sido muito cuidadosa e estratégica em utilizar o Wahhabismo para sua conveniência em momentos chave, mobilizando a religião como ambos, um instrumento de poder e uma fonte de legitimidade (ULRICHSEN e SHELINE, 2019). No entanto, a tese de que o Wahhabismo se limita a um instrumento nas mãos do Estado é contestável. O movimento conservador sunita do Islã exerce forte influência sobre a sociedade saudita, na qual 84% dos indivíduos se identificam como sunitas, e suas *fatwas*¹ são capazes de mobilizar a população a favor ou contra as medidas políticas adotadas pelo governo. Os princípios e ensinamentos do Wahhabismo são representados na Arábia Saudita pelo Conselho dos Eruditos Sênior, que exerce, entre outros, os papéis de aconselhar o rei sobre questões Islâmicas e emitir, exclusivamente, as *fatwas*.

No advento do convite das forças armadas estadunidenses pelo Rei Fahd para estabelecerem-se no país, o monarca solicitou ao líder do Conselho a emissão de uma *fatwa* com a aprovação do ato político a fim de legitimá-lo, o Conselho atendeu ao pedido e, com isso, a Casa de Saud apaziguou os ânimos entre os setores mais conservadores da população,

¹ De acordo com a Enciclopédia Britannica (2016), *fatwas* são pronunciamentos legais emitidos por especialistas na lei Islâmica expressando suas opiniões e julgamentos. Habitualmente, são emitidas em resposta a questionamentos de indivíduos ou cortes Islâmicas, e apesar de possuírem caráter oficial, não são juridicamente vinculativas.

que não viam com bons olhos a presença dos EUA no país, e evitou a propagação e fortalecimento de movimentos revolucionários. Este é apenas um dos exemplos capazes de atestar o grande papel de influência exercido pelo Wahhabismo, representado, neste caso, pelo Conselho dos Eruditos Sênior, outros serão apresentados ao longo desta pesquisa, juntamente a uma análise teórica sobre as formas pelas quais a religião pode ser utilizada para alcançar os propósitos de legitimidade e poder político. Para isto, serão utilizadas como base as obras de Al-Rasheed (2018), DeLong-Bas (2013), Farouk (2021), Habermas (2008), Künkler e Shankar (2018), Marcomini (2020), Omelicheva (2016), Platteau (2017), Sheline e Ulrichsen (2019) e Soboleski (2011).

A fim de verificar os impactos das mudanças implementadas por MBS, foram analisadas 42 reformas realizadas entre 2016 e 2022 no âmbito do programa *Vision 2030* e seus principais resultados para a sociedade, a economia, a cultura e as instituições sauditas. Também com o fim de verificar o impacto das reformas, porém especificamente nas relações do governante com o *establishment* religioso, foram analisadas: i) as leis e regulamentações conservadoras, com base em princípios religiosos, vigentes no país; ii) os mecanismos políticos históricos que ligam a Casa de Saud à liderança Wahhabi; iii) o impacto das reformas nas relações entre a Casa de Saud e as instituições religiosas sauditas. Além disso, também foi examinada a repercussão internacional das reformas, através da observação de notícias na mídia global e do posicionamento da Arábia Saudita em importantes rankings internacionais.

Espera-se que, através da cuidadosa análise dos fatores enumerados, seja possível responder à seguinte questão: o balanço entre política e religião está atualmente em xeque na Arábia Saudita? Caso a resposta seja negativa, poderia-se pressupor que as modernizações de MBS não estariam sendo bem-sucedidas na reforma total da ordem vigente do país, seja por falta de interesse da Casa de Saud, resistência do sistema, ou pelo conservadorismo disseminado entre a população. Em caso afirmativo, presume-se que as reformas religiosas de Mohammed bin Salman são capazes de alterar o equilíbrio entre as autoridades políticas e religiosas, e, quiçá, aproximar o Reino Saudita dos ideais de modernidade ocidentais. Ainda, é possível chegar a uma resposta parcial, onde MBS fracassaria em realizar uma reforma profunda no âmbito religioso, no entanto, traria alterações consideráveis para a sociedade saudita, modernizando o país - o que iria contra a concepção secular de modernidade de muitos teóricos.

A pesquisa baseia sua justificativa em dois pontos centrais: i) a importância do debate teórico sobre o papel da religião no discurso político; ii) o papel de influência exercido pela Arábia Saudita na região da península arábica.

A utilização de retórica religiosa como meio para justificar ações políticas é uma prática comum não apenas na península arábica, mas também em países ocidentais com fortes tradições seculares. Recentemente, com a ascensão da extrema direita no Ocidente, políticos em diversos países adotam, cada vez mais, discursos religiosos a fim de justificar suas ações e ganhar popularidade, colocando-se como defensores de uma moral que se encontraria ameaçada. Enquanto no Brasil, Jair Bolsonaro foi capaz de unir lideranças religiosas a seu favor para garantir a vitória nas eleições de 2018 através da defesa de pautas morais cristãs, nos Estados Unidos, Donald Trump também adotou estratégia similar e foi acusado pela mídia estadunidense de seguir a cartilha de líderes autoritários no uso da religião, por colocar-se como protetor da fé e inimigo de intrusos que estariam ameaçando a tradição (OLSON, 2020). São muitos os exemplos recentes de uso da religião como ferramenta política ao redor do mundo, validando, como primeira justificativa da pesquisa, a importância do debate teórico sobre o papel da religião no discurso político.

A Arábia Saudita lidera o que muitos especialistas chamam de “Guerra Fria” do Oriente Médio. Esta Guerra Fria moderna coloca de um lado o Irã, representante global do xiismo e proxy da Rússia, e do outro a Arábia Saudita, defensora global do sunismo e proxy dos EUA. Neste contexto, a nação saudita possui um papel central para a política externa estadunidense, especialmente como parte essencial e determinante no rumo de suas relações com a Rússia.

Os acontecimentos no Oriente Médio são de extrema importância não só para os EUA, mas também para todas as grandes potências europeias, já que a região é uma grande produtora de petróleo e gás natural e encontra-se em proximidade geográfica ao continente Europeu. Estes acontecimentos estão, em grande parte, nas mãos dos estadistas e clericais da Arábia Saudita, responsáveis pelo futuro da nação, assim como pelo destino do Oriente Médio. Caso o país continue em sua trajetória histórica, utilizando a posição de “defensor” do sunismo como pretexto para ampliar sua política expansionista e atender aos desejos de Islamitas linha dura que querem conter os avanços iranianos na península arábica, a oposição entre as duas potências (Arábia Saudita e Irã) garantiria a ausência de conflito generalizado entre as nações, de acordo com uma perspectiva realista das Relações Internacionais, e, assim, maior equilíbrio para a região, mesmo que haja um clima constante de tensões. Caso, pelo

contrário, a nação esteja reformulando sua trajetória futura, as reformas podem colocar em xeque o equilíbrio nacional existente, responsável pela estabilidade do Estado saudita, assim como ameaçar o equilíbrio regional, fragilizando uma região já instável. Sendo assim, o tema abordado pela pesquisa é também justificado por sua relevância sobre o cenário atual do Oriente Médio, e pode auxiliar na previsão de uma possível reconfiguração da balança de poder regional e global.

A pesquisa será dividida entre três capítulos. O primeiro capítulo irá abordar a teoria da secularização moderna, assim como suas críticas. Também definirá as relações históricas entre o Islã e a política a fim de esclarecer como o primeiro poderia ter sido instrumentalizado e para quais finalidades. Por fim, entrará no caso específico da Arábia Saudita, introduzindo o maior movimento religioso do país, o Wahhabismo, e a Casa de Saud e abordando a aliança entre ambas as autoridades, o equilíbrio formado a partir da aliança e a ascensão de MBS ao poder.

O segundo capítulo é dedicado à metodologia da pesquisa, que apresenta dados para cada uma das variáveis independentes e dependentes definidas, a fim de verificar o verdadeiro impacto das reformas implementadas pelo Príncipe Herdeiro na instituição religiosa saudita. Por fim, o último capítulo apresenta as conclusões finais do trabalho, obtidas através da análise do referencial teórico e da metodologia apresentados.

2. SECULARIZAÇÃO MODERNA

Durante a Idade Média, a Igreja Católica foi capaz de alcançar riquezas e poder inimagináveis. Sua posição de domínio era inabalável e de sua influência e recursos dependiam os monarcas das maiores potências da época, sendo que um desentendimento entre os governantes de uma nação e a instituição religiosa era suficiente para pôr em xeque a posição de liderança destes e a própria estabilidade da nação. No entanto, com o advento da contra reforma e, futuramente, do século das Luzes, iniciou-se o longo declínio do poder católico, assim como de seu domínio sobre a cultura, a ciência, a economia, a educação etc.

Na cultura e na ciência, Deus e os símbolos sacros deixaram de ser o centro de todos os quadros, músicas, livros e estudos, dando lugar ao próprio homem, que liberto dos grilhões sagrados, passou a dedicar-se ao autoconhecimento, o que antes seria caracterizado como uma atividade egoísta pela Igreja. Atualmente, o individualismo é exaltado nos mais diversos meios e é comum deparar-se com jargões como “confie em si mesmo”, “você é responsável por sua própria felicidade”, “você é sua melhor companhia” etc. Se antes a igreja pregava o

coletivismo e o sacrifício das vontades próprias para um bem maior, hoje, bem maior e vontades individuais se confundem, e prega-se antes o sacrifício das relações com o outro em detrimento do eu, do que o sacrifício próprio. Exemplo disto é o divórcio: se antes era esperado que as mulheres sacrificassem seus desejos, por vezes até saúde, pelo bem da instituição sagrada do matrimônio, atualmente homens e mulheres quebram este comprometimento sagrado por diversos motivos impensáveis até poucas décadas atrás, como a incompatibilidade e a falta de comprometimento.

Tal tendência individualista, presente em grande parte do mundo Ocidental, pode ser datada, de acordo com Charles Taylor (2007), ao fim do século XVII e início do século XVIII, quando mudanças antropocêntricas criaram um senso que o autor chama de *buffered self*, no qual as barreiras entre o “eu” e o “outro” ficaram muito mais firmes e evidentes. Por sua vez, o senso de *buffered self* abriu caminho para a possibilidade de um humanismo exclusivo, onde a identidade do indivíduo gera “[...] seu próprio senso de dignidade e poder, sua própria satisfação interior [...]” (TAYLOR, 2007, p.262). O humanismo exclusivo anunciaria o nascimento da Era Secular.

No âmbito da economia, a usura e o acúmulo de riquezas tornaram-se centrais para a instauração e perpetuação do sistema capitalista. Adam Smith e outros teóricos das primeiras escolas modernas de pensamento econômico foram contra toda a moral, os valores e a ética cristã da época ao enaltecer o egoísmo humano como fonte de prosperidade e bem comum, e a máxima de Mandeville, “[...] vícios privados produzem benefícios públicos.” (HIRSCHMAN, 1986, p.1), demonstra a predileção dos acadêmicos modernistas pelo moralmente chocante. Na visão de Albert Hirschman (1986), os estudos econômicos anti-moralistas proliferaram e evoluíram livres dos julgamentos morais, encontrando sua força justamente em seu caráter moralmente chocante, baseado na contestação de princípios pré-concebidos sobre a sociedade.

Já no âmbito das ciências sociais, Todorov (1992) destaca as profundas mudanças que tiveram início durante a Revolução Francesa, quando as ciências morais foram rebatizadas sob o nome de ciências sociais e humanas. Esta mudança, na verdade, foi muito mais do que uma mera atualização de nomenclatura; simbolizaria a libertação do estudo do homem e da sociedade de toda a tentação normativa e de toda a intervenção ideológica, de acordo com a premissa de que o progresso é mais rapidamente alcançado quando liberto dos valores religiosos. O raciocínio imparcial seria inimigo da moral religiosa, já que precisaria estar livre

de qualquer juízo de valor e deveria continuar suas análises mesmo que as verdades alcançadas fossem totalmente opostas ao pré-concebido e aceito pela sociedade.

Apesar de ter alcançado as ciências sociais tardiamente, o movimento cientificista desejava quebrar as barreiras que as separavam das ciências naturais, através de sua libertação das lentes idealistas e análise sem distinção de objetos e seres humanos. Para os acadêmicos do movimento, livre dos idealismos, nada diferia o estudo do homem dos demais estudos científicos e, assim, nas palavras dos autores Taine e Gobineau: “[...] o vício e a virtude são produtos como o vitríolo e o açúcar.” (TODOROV, 1992, p.9).

Especificamente no espectro das ciências políticas, Montesquieu resumiu o pensamento iluminista ao afirmar: “É inútil criticar a política dizendo que as suas práticas estão em conflito com a moral e a razão. Esta espécie de discurso provoca o assentimento geral, e não muda ninguém.”(HIRSCHMAN, 1986, p.1). Em apenas um parágrafo, o filósofo demonstra a profunda mudança de pensamento da época, onde a religião aos poucos deixava de ser um instrumento moral, atuante em todos os aspectos da sociedade, e era rechaçada da esfera política, através do argumento corrente de que ciência e ideologia são autônomas e possuem cada qual o seu próprio domínio. A Igreja e outras organizações religiosas foram obrigadas a ceder seu controle sobre a lei, a política, o bem-estar público, a educação e a ciência, e a restringirem sua atuação apenas às funções de administrar os meios da salvação (HABERMAS, 2008).

Todas as manifestações citadas acima fazem parte da série de fenômenos que compõe a hipótese da secularização moderna e que, como defendido por Roderson Augusto Marcomini (2020) no trecho abaixo:

[...] seria a emancipação da esfera ‘mundana’ em relação ao domínio religioso, por exemplo: política, economia, direito, ciência, educação, arte e etc. se separam cada vez mais dos impedimentos e do controle da religião e se desenvolvem de acordo com uma lógica própria, sendo assim, a religião é cada vez mais lançada para fora da esfera pública social [...] (MARCOMINI, 2020, p.53).

Ainda, de acordo com Berger (2001), a secularização moderna seria o processo pelo qual diversos setores da sociedade e da cultura se libertam das amarras impostas pelas instituições e símbolos religiosos (BERGER, 2001). Assim, o século das luzes impulsionou o movimento de contracultura, onde acadêmicos, cientistas e jovens estudantes estavam determinados a libertar-se dos preceitos morais religiosos, a fim de progredir nos estudos

científicos modernos, baseados na análise racional e na observação simples e pura dos fatos, quer o objeto de estudo fosse um homem, quer fosse um elemento químico.

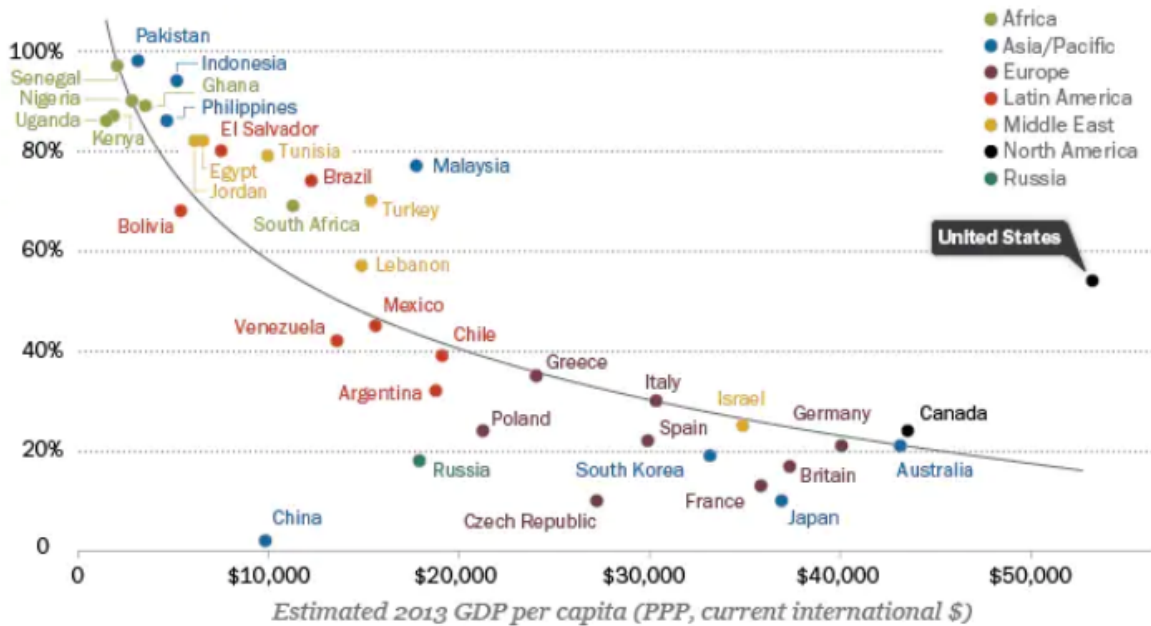
Como a religião estava presente em diversas esferas societárias, as convulsões reformistas foram manifestadas nas mais diversas áreas das ciências e da cultura, não se limitando apenas ao âmbito político, o uso do sagrado também foi limitado na economia, no teatro, na música, na poesia, na educação etc.

Isto não é dizer que do dia para a noite a mera menção a princípios religiosos foi proibida em ambientes que não o solo sagrado dos templos. Enquanto a maior parte do meio científico e acadêmico incentivava e recebia as mudanças de braços abertos, seus estudos não tiveram efeitos imediatos nas crenças populares, e os cidadãos dos centros urbanos e rurais no Ocidente e no Oriente continuaram alheios ao cientificismo e seguiram as suas fés normalmente, manifestando-as igualmente nas esferas públicas e privadas. O homem comum continuaria exercendo sua fé e aplicando os seus princípios morais e juízos de valor na Igreja, no trabalho, nas praças públicas, nas instituições de ensino e nas peças de teatro, independentemente de aqueles serem ou não lugares apropriados para as práticas religiosas na visão de Montesquieu e outros filósofos.

No entanto, é possível dizer que, no longo prazo, o movimento cientificista exerceu uma grande influência nas crenças religiosas da população ocidental. Um estudo conduzido pela *Gallup International* e *WI Network of Market Research* (2015), com base em mais de 60 mil entrevistas em 65 países, concluiu que os países mais ricos e desenvolvidos, com exceção dos Estados Unidos, tendem a ser os menos religiosos. Os cidadãos do Canadá, Austrália, Alemanha, Japão, França, Reino Unido e outras nações do centro global tendem a dar menos importância ao papel da religião em suas vidas, enquanto em países periféricos como El Salvador e Kenya, mais de 80% dos cidadãos atribuem grande importância ao aspecto religioso em suas vidas - no Paquistão esse número chega perto dos 100%. Na figura 1 abaixo é possível notar com clareza a relação entre a riqueza das nações e o seu nível de religiosidade.

Figura 1: % de pessoas que dizem que a religião é importante em suas vidas x PIB per capita

% saying religion plays a very important role in their lives (2011-2013)



Fonte: Gallup International e WI Network of Market Research (2015)

A Europa Ocidental concentra a maior parte dos países desenvolvidos do mundo moderno, portanto, não é atoa que seja também uma das únicas regiões, junto à Oceania, onde a metade da população se identifica como atéia ou não religiosa. O berço da civilização e das ciências modernas ocidentais é, também, o que sofreu os maiores impactos da secularização e onde “[...] os laços religiosos das populações continuamente, ou melhor, de um modo bastante dramático, desapareceram no período pós Segunda Guerra Mundial.” (HABERMAS, 2008, p.17, tradução nossa).

No entanto, como será analisado no próximo tópico (ver 2.1), o filósofo alemão Habermas (2008) contesta o papel da secularização na sociedade atual, questionando a narrativa de que as nações modernas teriam se libertado das amarras impostas pela religião e que utilizariam apenas meios “racionais” para tomar decisões políticas. O autor defende que, no aspecto sociológico, as crenças e comportamentos de suas populações não justificam que as nações modernas sejam taxadas como livres do domínio religioso. Para a defesa de sua tese, o autor apresenta uma série de argumentos que serão expostos posteriormente.

Vale aqui apresentar um conceito que será amplamente utilizado e debatido durante a pesquisa, o de modernização. Para diversos acadêmicos, entre eles Barker (2005), Kumar (2009) e Neal (2007), a modernização estaria atrelada à transformação de uma sociedade

agrária em secular, industrial e capitalista, a qual dá ênfase ao uso da racionalidade. Nesta concepção, as sociedades modernas seriam predominantemente ocidentais, já que foram as precursoras da industrialização e da secularização e impuseram um modelo econômico global onde as grandes potências globais concentram a inovação e as atividades de alta complexidade, e o restante das nações se ocupa de fornecer bens de menor complexidade e commodities. De acordo com Zapf (2004), “A primeira teoria moderna reconstruiu o desenvolvimento Ocidental e, baseada em sua crença liberal no progresso dado e na universalização dos valores americanos, projetou-o globalmente, especialmente nos países em desenvolvimento” (ZAPF, 2004, p.3, tradução nossa).

Assim, considerando que a teoria inicial da modernização é uma reconstrução de valores ocidentais, não pode ser considerada adequada para julgar os processos de desenvolvimento e modernização que transcorrem no Oriente. Outras teorias que se designam como neo-modernas surgem então para preencher a lacuna, entre elas, a de Tiryakian (1998), que se baseia nos seguintes pontos principais: i) a modernização não é um processo consensual, mas sim uma competição entre diversos grupos de oposição; ii) a ciência impulsiona a modernização, no entanto, a religião e a tradição não devem ser subestimadas (ZAPF, 2004); iii) o critério para a mensuração do sucesso da modernização é o desenvolvimento do bem-estar da população. Para os fins da presente pesquisa, serão consideradas as visões neo-modernas de Tiryakian (1998) e Zapf (2004), em detrimento das visões de modernidade tradicionais de Barker (2005), Kumar (2009) e Neal (2007).

2.1 A CRISE DA HIPÓTESE DA SECULARIZAÇÃO

De acordo com Habermas (2008), a tese da secularização tem sido tema de muitos debates no meio acadêmico nas últimas duas décadas. Antes, a hipótese era amplamente aceita pela comunidade científica, porém, atualmente levantam-se sérios questionamentos quanto a sua validade, tornando necessária a formação de uma visão revisionista do conceito de secularização.

Na perspectiva revisionista, o secularismo Europeu seria a exceção, não a regra. Sendo assim, os estudos que deram origem à hipótese do secularismo teriam um caráter eurocêntrico, já que transformaram em tese acontecimentos sociológicos que foram observados majoritariamente apenas em uma região do planeta. Nas palavras de Habermas (2008):

A partir dessa visão revisionista, o desenvolvimento Europeu, o qual o racionalismo Ocidental já tentou usar de modelo para o resto do mundo, é na verdade a exceção

em lugar da norma - traçando uma trajetória distorcida. Nós e não eles estamos seguindo um *sonderweg*². (HABERMAS, 2008, p.18, tradução nossa).

Para Habermas (2008), a visão revisionista se fundamenta em três fenômenos principais que, por sua vez, demonstrariam a ressurgência da religião na sociedade, sendo eles: i) o crescimento de grupos ortodoxos e conservadores de religiões tradicionais, já bem estabelecidas; ii) o aumento do fundamentalismo religioso, ilustrado principalmente pelo crescimento da recorrência de ataques terroristas no mundo todo; iii) o desencadeamento político do potencial inato da religião para a violência.

Com relação ao primeiro ponto listado, a difusão das religiões tradicionais ao redor do mundo e o aumento de suas congregações sagradas são fatos que contrariam a percepção secularista pré-estabelecida, de que o desaparecimento das religiões era previsível. Tais eventos enfraquecem a crença secularista de que o avanço da modernização social e cultural estaria atrelado, necessariamente, ao cerceamento da influência pública e a diminuição da relevância da religião (HABERMAS, 2008). Ainda, de acordo com o filósofo, o sucesso das instituições religiosas em conquistar mais fiéis estaria ligado a sua capacidade de flexibilizar suas formas de organização e ganhar dinamismo. As redes mais descentralizadas no Islã e do Cristianismo são também as mais bem-sucedidas em ganhar adeptos por sua fórmula extasiante de religiosidade, inspirada em líderes carismáticos.

Sobre o segundo ponto, o aumento do fundamentalismo religioso traz à tona o problema da coexistência pacífica e tolerante entre diferentes crenças, principalmente nas sociedades modernas do Ocidente europeu. Pioneiras na formulação teórica e adoção do secularismo, nações como a França e o Reino Unido, por exemplo, sofrem atualmente com o aumento de tensões entre diferentes grupos religiosos, instigados, por um lado, pelos ataques terroristas, e por outro, pela ascensão da extrema-direita intolerante. De acordo com as teorias científicas do Iluminismo, tais disfunções deveriam ter desaparecido por completo da sociedade, assim como a relevância de questões religiosas na esfera do Estado. Não obstante, a realidade é outra, e os Estados europeus devem se preocupar e debater cada vez mais sobre a religião e o trajeto a ser seguido para garantir a tolerância, em meio a um cenário de pluralismo de crenças.

² *Sonderweg* é uma palavra alemã que significa literalmente “caminho especial”. Seu significado acadêmico diz respeito ao suposto trajeto único que a Alemanha teria traçado para sair da aristocracia e alcançar a democracia.

Por fim, em relação ao terceiro e último fenômeno levantado pelo autor, o potencial inato da religião para a violência era conhecido dos teóricos antigos, no entanto, o atual desencadeamento deste potencial pela política é algo que seguramente os acadêmicos do Iluminismo não puderam prever. O cientificismo, de acordo com Marcomini (2020), antecipava a privatização das crenças religiosas e sua retraída para o âmbito particular, não obstante, o que se vê atualmente é um aumento dos discursos de ódio³, do fundamentalismo e da intolerância ligados à religião, o que demonstra que o aspecto religioso está longe de se restringir ao meio privado e sua relevância na esfera pública, principalmente no tocante aos assuntos políticos, é grande. Marcomini (2020) se coloca em defesa da significância da religião na sociedade atual. Tal pensamento do autor é explícito no trecho a seguir:

[...] no mundo que conhecemos como globalizado, a religião permanece como um poder muito significativo e oferece um potencial violento de motivação. A religião no mundo pós-secularizado carrega consigo, assim, um forte sentido de motivação (individual e coletiva) e, ao mesmo tempo, expressa movimentos de força, de unidade e de manifestação política. (MARCOMINI, 2020, p.58).

Para o autor, o caso do Brasil é simbólico do que acontece no mundo, já que atualmente o país não apresenta uma diminuição da atuação pública da religião, mas, pelo contrário, “[...] o que vemos são grupos católicos e evangélicos disputando não só seguidores para suas igrejas, mas também cargos políticos como meio de orientar as ações do Estado a fim de que ele atenda suas demandas e traga vantagens [...]” (MARCOMINI, 2020, p.55).

Os três fenômenos levantados por Habermas (2008) podem ser respaldados por fatos atuais de ocorrência global. Assim, não há questionamento sobre suas capacidades de exercerem uma mudança de consciência societária, criando a necessidade de uma revisão da teoria da secularização, principalmente em seu uso impreciso do conceito de “modernização”, que implicam uma relação de causalidade, excludente do âmbito da modernidade a maioria das nações não européias.

A associação de modernidade ao industrialismo, racionalismo e secularismo é comum entre muitos meios e autores de diversas épocas. Chris Baker (2005), por exemplo, afirma que

³ Uma pesquisa de Harvard (2019) mostrou que os crimes de ódio cometidos com base na identidade religiosa haviam aumentado 23% entre 2018 e 2019. De acordo com um relator da ONU, a propagação de discursos de ódio nas redes sociais contribui diretamente para o aumento dos crimes de ódio contra minorias. Os exemplos de discursos de ódio são inúmeros, mesmo em países do centro global, entre eles, tem-se o caso de Jean-Marie Le Pen, então presidente do partido de extrema direita Frente Nacional, e sua filha, Marie Le Pen, ex-candidata à presidência da França. Jean-Marie Le Pen alegou em entrevista que os franceses deveriam “tomar cuidado” devido ao alto número de muçulmanos na França, ele foi acusado e encontrado culpado pela corte francesa de ódio e violência contra a comunidade muçulmana. Marie Le Pen foi acusada em corte por discurso de ódio após comparar muçulmanos em oração nas ruas à ocupação nazista.

a modernidade se refere à transformação das sociedades e substituição de seus sistemas feudais e agrários pelo sistema capitalista e industrial. Arthur Neal (2009), complementa esta definição enumerando acontecimentos históricos que, em sua visão, tiveram papéis de extrema importância em instaurar a “idade moderna”, entre eles, o principal seria o Iluminismo, que deu ênfase ao uso da razão e da racionalidade e teria criado novos conhecimentos capazes de melhorar a qualidade de vida para sociedades e cidadãos. A associação de modernização à “superação” do feudalismo e à industrialização, limitou o uso do conceito a sociedades europeias e ocidentais desenvolvidas, e criou no Ocidente um sentimento de superioridade e responsabilidade em levar as nações "subdesenvolvidas" à modernidade. Assim, os países do centro global passaram a cobrar que nações periféricas aderissem a ideais eurocêntricos que não eram condizentes com suas realidades, sem abrir espaço para que o pluralismo de experiências globais contribuísse para a formação do conceito de modernidade.

Designar um país como moderno, seria implicar que sua base política está fundamentada em aspectos racionais e que há uma clara separação entre religião e Estado, amplamente respeitada pela população. Esta visão excludente de nação contemporânea, no entanto, têm-se tornado mais difícil de sustentar, uma vez que a pauta religiosa é cada vez mais recorrente nos debates políticos das sociedades “modernas”. Na França, berço do Iluminismo, a crise de imigração e o acelerado aumento da população muçulmana no país tem causado diversas instabilidades que ultrapassam o âmbito privado e cruzam as esferas política, social, econômica, cultural e até legal - recentemente, a justiça francesa proibiu o uso do burkini nas piscinas públicas do país.

Nos Estados Unidos, centro do mundo moderno, a vitória de Donald Trump nas eleições de 2016 trouxe à tona profundas disfunções que ocorriam no seio da sociedade estadunidense. Ao mesmo tempo em que cresce no país o discurso secularista e o apoio às pautas políticas liberais, boa parte da população, além de não se identificar com tal discurso, o vê como uma ameaça para os seus valores e sua moral. Este segmento conservador da sociedade norte-americana vê-se cada vez mais ameaçado pela dita modernidade e, como meio de defesa, deseja aumentar a sua participação ativa no cenário político e mostrar que não pode ser esquecido e nem ignorado pelos governantes da nação. Isto ficou claro com a vitória de Trump, que conseguiu mobilizar um forte apoio da bancada evangélica através de seu discurso conservador e tradicionalista e liderou as eleições que levaram a política ao âmago

das igrejas - pastores evangélicos chegaram a organizar cultos para denunciar as supostas injustiças sofridas por Trump nas eleições de 2020.

As transformações atuais geram debates entre duas hipóteses: i) os acontecimentos atuais são mudanças trazidas por uma nova era, na qual a religião irá voltar ao foco; ii) a teoria da secularização, na qual as ciências ocidentais fundamentaram-se para formar a visão de mundo moderno nas últimas décadas, possui falhas graves e deve ser revisada.

Em minha visão, baseada nos argumentos até aqui apresentados, a primeira hipótese em questão falha ao assumir que a modernidade é consequência do secularismo e que não poderia florescer por outros meios que não este. A disseminação desta visão equívoca fez com que surgisse, no Ocidente, a expectativa generalizada de que a religião fosse se tornar um conceito ultrapassado e cair em desuso nas sociedades modernas. Crentes de que a secularização seria o único caminho para a modernidade, as grandes potências ocidentais se designaram como responsáveis por guiar o resto do mundo no trajeto das “luzes”, assim, adotaram um discurso crítico a qualquer outra forma de governo que não levasse como fundamento a separação entre política e religião.

Da mesma maneira que nas décadas do imperialismo as nações europeias tomaram para si a responsabilidade de “desbarbarizar” os países do continente Africano, a fim de ajudá-los a “evoluir”, agora tomam para si a responsabilidade de lutar contra regimes políticos abertamente ligados à religião, a fim de ajudá-los em sua “modernização”. É o que se percebe quanto ao tratamento dos países do Oriente Médio pelas nações Europeias e pelos EUA, um certo tom fraternal de superioridade, como de um ancião que busca educar e ao mesmo tempo se aproximar dos jovens a fim de educá-los nos caminhos “corretos”. Para os autores Künkler e Shankar (2018), a maneira como se estabelece a relação entre Estado e religião no Oriente depende, também, da natureza das relações entre os países orientais e o Ocidente, o que fica claro no trecho de sua obra citado a seguir: “[...] o encontro com o Ocidente criou na maioria dos casos certas dependências de trajeto em termos de como a religião é compreendida e regulada [...]” (KÜNKLER e SHANKAR, 2018, p.12, tradução nossa).

Neste cenário, os países não democráticos sofrem pressões para (ao menos aparentar) estar em vias de se modernizar, no sentido tradicional, e democratizar, a fim de assegurar apoio e investimento externo advindo de países ocidentais. Este assunto será mais explorado posteriormente, especificamente no caso da Arábia Saudita, já que pretende-se comprovar ou refutar a influência de pressões externas nas atuais políticas reformistas supostamente modernizantes do país.

Ao mesmo tempo em que exercem pressões externas para incentivar o desenvolvimento de democracias seculares ao redor do mundo, a narrativa das nações “modernas” está cada vez mais enfraquecida, e, pouco a pouco, o Ocidente está sendo forçado a considerar a religião como um importante aspecto societário, que não pode ser ignorado dos assuntos políticos.

Sendo assim, este trabalho irá considerar que, consciente ou inconscientemente, as nações carregam em seu âmago a perspectiva do sagrado e com ela podem fazer o que desejarem, porém não sem fortes consequências para suas sociedades. Podem optar pelo ostracismo da religião e a tentativa de cercear o seu poder de atuação em outros âmbitos societários que não o próprio religioso, no entanto, como vimos, esta abordagem não tem sido bem sucedida para os países do centro global, já que o efeito foi o contrário, levando instituições sagradas e suas congregações a se politizar cada vez mais a fim de resguardar os seus interesses.

Podem, por outro lado, fazer uso da religião através de uma visão maquiavélica, considerando aqui a definição de Soboleski (2011), de que “A religião para Maquiavel está a serviço da política, como um instrumento essencial para a concepção e conservação do Estado.” (SOBOLESKI, 2011, p.40). E é sobre este caso, o da religião como “[...] um instrumento imprescindível para a política [...]” (SOBOLESKI, 2011, p.41), que irei discorrer, tendo em vista que é nele que se encaixa o Estado saudita, que em toda a sua história sempre interpelou os assuntos sagrados aos assuntos políticos, de forma a até mesmo tornar difícil sua diferenciação. Contrariando a visão eurocêntrica tradicional de modernização, diversos países do Oriente viram na religião e nas tradições, entre outros fatores, um meio para assegurar a estabilidade e manutenção do Estado e, de certa forma, a própria modernidade⁴ e bem-estar de seus cidadãos, levando em consideração que uma nação dificilmente poderá progredir em meio a instabilidades e guerras, e que a própria garantia da estabilidade é proveitosa para o florescimento e desenvolvimento de qualquer sociedade.

Não é o objetivo desta pesquisa discorrer sobre as melhores formas de abordagem política da religião, nem sobre como os Estados devem ou não agir em relação às instituições e símbolos sagrados presentes no território sob seus governos. É sim o de analisar como um determinado país, no caso a Arábia Saudita, estaria fazendo uso político da religião, a partir de quais possíveis motivações e se isto pode ou não estar sendo transformado a partir do que

⁴ Considera-se aqui como modernidade parte da definição de Tiryakian (1998), que a caracteriza como um movimento não linear, capaz de aprimorar o bem-estar dos indivíduos.

poderíamos considerar uma tardia e ainda primordial aderência da nação ao movimento de secularização, através de reformas de cunho modernizante. Para isso, considerou-se necessário abordar brevemente o conceito de secularização e discorrer sobre seus principais argumentos e as principais críticas que o contestam.

No próximo tópico, irei abordar o relacionamento específico entre o Islã e a política, indo além da narrativa comum no Ocidente de que a separação entre religião e Estado nunca existiu no mundo muçumano e, como consequência, o desenvolvimento da região foi prejudicado, quando não impossibilitado. Pretendo questionar as visões defendidas por Lewis (2002), de que o sistema legal Islâmico não é conducente ao desenvolvimento. Minha visão está fundamentada no argumento de que os autores utilizam uma concepção secularista inadequada, na qual o desenvolvimento está atrelado ao laicismo, e, além disso, fazem presunções equívocas sobre as qualidades do próprio Islã, atribuindo-lhe um caráter de rigidez que não lhe é próprio.

As visões inexatas sobre o mundo Islâmico poderiam estar relacionadas ao fato de que os autores fazem constantes comparações entre o Cristianismo e o Islâmismo, a Europa Católica e o Oriente Médio Muçumano etc. Como veremos, as próprias fronteiras entre o religioso e o não-religioso variam de nação para nação, e enquanto em algumas regiões o cidadão modelo é aquele que estima em mais alto nível a religião, em outras, é o cidadão laico que é exaltado. Assim, a transposição do conceito eurocêntrico de secularização para a sociedade, política e cultura árabe não poderia levar senão a conclusões errôneas sobre o mundo Islâmico, limitando a análise dos aspectos essenciais à religião muçulmana e as particularidades de sua relação com a esfera pública, para focar apenas em seu caráter de “empecilho” ao desenvolvimento e estabelecimento de democracias. Tal visão simplista e comparativista do Islã é simbolizada no trecho abaixo:

Ao contrário da Europa Cristã, a separação entre política e religião, Deus e César, Igreja e Estado e autoridade espiritual e atemporal, nunca ocorreram no mundo Islâmico. Como consequência, a liberdade individual, o pluralismo social, a sociedade civil e o governo representativo foram incapazes de se desenvolver nas sociedades Muçulmanas. (PLATTEAU, 2017, p. 86, tradução nossa).

De acordo com a perspectiva de Lewis (2002), não haveria nenhuma divisão entre os conceitos de Estado e religião no mundo Islâmico, assim, não poderia haver a instrumentalização de um pelo outro. Neste caso, a hipótese apresentada nesta pesquisa, de que a religião é utilizada como instrumento político pela atual elite governante da Arábia

Saudita, seria prontamente refutada. No entanto, irei contestar os argumentos apresentados acima, através de uma análise mais aprofundada das origens do Islã e de sua relação histórica com a política, que visa demonstrar o seu caráter de flexibilidade e adaptabilidade, que deu lugar, em vários momentos, à dissociações entre o sagrado e o político em diversas sociedades muçulmanas.

2.2 RELIGIÃO E POLÍTICA NO MUNDO ISLÂMICO: MAIS DO MESMO?

Ao cristianismo é muitas vezes atribuído o papel da formação das sociedades modernas ocidentais, do estabelecimento de seus Estados laicos e do desenvolvimento de seus mercados capitalistas globais. Isto se daria pois o cristianismo prioriza a valorização do mundo espiritual em detrimento do mundo físico. Assim, a religião cristã difere de muitas outras ao querer, voluntariamente, afastar-se do domínio material a fim de perseguir objetivos eternos. Como consequência, a associação entre o cristianismo e o Estado é condenada por diversas igrejas em todo o mundo, já que foge dos princípios cristãos, e vai contra os ensinamentos bíblicos expressos, entre outros, no trecho a seguir: “Pois, que adiantará ao homem ganhar o mundo inteiro e perder a sua alma?” (Mateus 16:26). A alma é primordial e os assuntos "mundanos", ao menos em princípio, não caberiam na esfera religiosa, tornando o cristianismo condizente com a secularização, pois impediria que os Estados modernos aproveitassem dos benefícios do uso político dos símbolos sagrados. Na visão de Soboleski (2011) sobre Maquiavel, o filósofo italiano teria atribuído ao caráter individualista do cristianismo a falta de cerimoniais religiosos que poderiam ser utilizados pelos legisladores para estimular a coragem dos homens e o espírito público (SOBOLESKI, 2011).

Diversos autores modernos afirmam que, desde os primórdios, sempre houve uma separação entre política e religião no cristianismo, o que teria permitido a afluência de sociedades plurais e governos representativos. Em oposição, os mesmos pensadores afirmam que, como resultado da história, tal divisão nunca ocorreu no Islamismo e, portanto, sociedades modernas nunca puderam florescer no mundo mulçumano. Esta visão é expressa no trecho abaixo retirado da obra de Lewis (2002): "Desde o princípio, os Cristãos foram ensinados, ambos através da percepção e da prática, a distinguir entre Deus e César e entre as diferentes tarefas atribuídas a cada um dos dois. Os mulçumanos não receberam tais instruções." (LEWIS, 2002, p.115, tradução nossa).

Na visão de Lewis (2002), Deepal Lal (2014), Samuel Huntington (1996) e outros, o Cristianismo e o Islamismo diferem substancialmente em caráter de formação histórica, o que

explicaria o porquê de formas de governo representativas não terem prosperado na região majoritariamente muçulmana da Península Arábica e do norte da África. A organização estatal Islâmica seria a forma predominante de governo nas nações destas regiões, e teria sido criada com o propósito de resguardar e espalhar a religião, assim, não poderia-se falar da instrumentalização de um pelo outro. Ambas as instituições, o Estado e a Igreja, estariam atuando com o mesmo propósito de perpetuar os costumes e leis de suas sociedades, que, por sua vez, estariam inevitavelmente ligados ao domínio do sagrado, que se estenderia sobre todos os aspectos das esferas pública e privada. Nas sociedades Islâmicas, portanto, tudo estaria ligado ao âmbito religioso, assim, não haveria interesses políticos que não os sagrados e, portanto, a religião seria o próprio fim do Estado, não seu meio de governar, como propõe a presente pesquisa. Lewis (2002) e Platteau (2017) afirmam: “É porque o Estado era Islâmico, e foi de fato criado como um instrumento do Islã por seus fundadores, que não houve a necessidade de nenhuma instituição religiosa separada [...]”(LEWIS, 2002, p.113; PLATTEAU, 2017, p.87, tradução nossa).

É verdade que no mundo Islâmico não há, assim como no mundo cristão, uma instituição religiosa centralizada, como o Vaticano, capaz de representar para o mundo os princípios da doutrina muçulmana. De acordo com Lewis (2002), a razão para tal seria o fato da existência de uma instituição centralizadora ser obsoleta para o Islâmismo, já que o próprio Estado poderia cumprir perfeitamente o seu papel. No entanto, irei expor que a razão de não se ter estabelecido nenhuma grande e unificada estrutura religiosa no mundo muçulmano está, na verdade, ligada à pluralidade de escolas doutrinárias e interpretações dos Islã, ao invés da imperturbável junção entre a política e religião.

De acordo com Platteau (2017), a lei Islâmica tem em sua origem diversas fontes, que são utilizadas pelos muçulmanos para complementar os ensinamentos do Corão, que por si só não é suficiente para reger o comportamento da congregação de fiéis. A *sharia*⁵, portanto, não poderia ser limitada ao Corão e, desde o princípio de seu surgimento, viu-se a necessidade de complementar o sistema jurídico do Islã com outras três principais fontes de leis: i) a tradição do profeta (*suna*); ii) o pensamento de analogia dedutiva baseado em precedentes (*qiyas*); iii) o consenso da comunidade muçulmana (*ijma*).

Mesmo com a existência de diversas fontes complementares, é uma crença equivocada e comum a de que exista no Islã um extenso conjunto de regras detalhadas, capazes de guiar

⁵ *sharia* é a palavra árabe que designa o conjunto de leis Islâmicas, que são derivadas do Corão, das falas e condutas do profeta, assim como da jurisprudência das *fatwas*.

os mulçumanos sobre quaisquer assuntos. As leis Islâmicas são, pelo contrário, escassas, e grande parte dos ensinamentos Islâmicos são princípios morais que podem ser interpretados de diversas formas, muitas vezes até contraditórias, pelos teólogos formados nas leis - os ulemás. O próprio Corão possui versos que instruem os crentes a não fazerem demasiados questionamentos ao Profeta (EL-AFFENDI, 2011), explicitando o fato de que nunca foi o objetivo do Islã oferecer pronta orientação aos fiéis em todas as diversas circunstâncias de suas vidas. De acordo com Platteau (2017):

[...] não apenas o Islã não possuía uma regra para todas as situações concebíveis, mas é, inclusive, uma regra fundamental do Islã não ter tais regras. Isto torna a margem para iniciativas e novas ideias sobre a conduta ética mais apropriada em todas as áreas o mais abrangentes possível. (PLATTEAU, 2017, p.20, tradução nossa).

O espaço para livre interpretação proporcionado pelo Islamismo fez com que surgissem diversas escolas de pensamento, algumas defensoras de interpretações mais literais do Corão e da Suna do que outras, formando, assim, sociedades mais ou menos conservadoras de acordo com a doutrina majoritariamente adotada. O pluralismo de escolas de pensamento, fundamentadas em diferentes interpretações sobre as leis e princípios morais, não é condenado pelo Islã, e os mulçumanos criaram, ainda, mecanismos próprios para justificar as inovações, sendo o principal deles as *fatwas* - opiniões legais emitidas por um ulemá em resposta à um questionamento (PLATTEAU, 2017).

Vale destacar que a diferença entre a liberdade de interpretação religiosa cristã e Islâmica está na definição da *sharia*. As leis Cristãs estão estabelecidas no único livro sagrado legítimo, a Bíblia, que é a palavra de Deus. Assim, não podem ser alteradas por mãos humanas, o que é considerado uma heresia, e são imutáveis. As leis Islâmicas (*sharia*), pelo contrário, são formadas pelos ensinamentos de Deus e do Profeta, assim como pela jurisprudência, isso faz com que possam ser legitimamente atualizadas e revisadas, e lhes confere, em certa medida, um caráter mundano. Para os muçulmanos, a interpretação humana (desde que feita por um estudioso) é um dos elementos formadores das leis Islâmicas; para os cristãos, há somente a lei de Deus, que é única e verdadeira, cabe aos indivíduos apenas buscar compreendê-la.

Ainda, de acordo com o Platteau (2017), devido a grande pluralidade de interpretações, nunca surgiu no mundo árabe um corpo eclesiástico unificado capaz de articular o Islamismo “oficial”, mesmo assim, os ulemás foram capazes de exercer

considerável influência dentro de suas próprias doutrinas, sendo capazes de ditar como os muçumanos interpretam o Islã dentro do âmbito particular de suas próprias escolas. (PLATTEAU, 2017). Seu papel, ainda que limitado pela falta de unificação do pensamento Islâmico, é de grande importância para as comunidades muçulmanas e, como veremos, foi amplamente utilizado pelas classes governantes de diversos países para os fins políticos de legitimidade, domínio etc.

Apesar de não estabelecer muitos princípios gerais e rígidos, o controle da *sharia* é amplo, pois não se limita ao domínio legal, ultrapassando para o domínio das ciências e da moral. Assim, o fiel muçumano possui a liberdade de eleger a escola de pensamento que mais se adequa aos seus costumes e suas crenças e submeter-se a ela, no entanto, uma vez que a escolha for tomada, todos os aspectos de sua vida, sejam particulares ou públicos, estarão submetidos a doutrina escolhida, não a rígidas normas pré-estabelecidas, como pressupõe-se, mas a uma refinada estrutura de princípios morais, leis e mecanismos de interpretações que podem variar com o tempo.

No âmbito político, tal arranjo pode ser favorável à instrumentalização da religião, já que, ao adotar a escola doutrinária da maioria, a classe governante pode buscar alianças com os ulemás a fim de obter legitimação religiosa e revestir suas políticas de significação sagrada. Além disso, o fato dos ulemás não estarem presos a regras rígidas, contarem com certa liberdade de interpretação do Islã e não se sujeitarem a um corpo eclesiástico centralizador, faz com que estejam mais suscetíveis às influências externas e possam ser atraídos com maior facilidade por políticos que buscam interesses próprios, não religiosos.

Vamos tomar como exemplo o caso mencionado brevemente na introdução sobre a Arábia Saudita. Em 1990, o Rei Fahd, líder supremo do país, convidou as forças armadas estadunidenses a estabelecerem base militar em seu território nacional, medida extremamente polêmica considerando a impopularidade dos EUA na região e o forte movimento contra a cultura e ideias ocidentais no Oriente Médio. Uma pesquisa conduzida pela Gallup entre janeiro e fevereiro de 2002, apenas 12 anos após o ocorrido, concluiu que a maioria (64%) dos cidadãos sauditas possuíam visões desfavoráveis aos EUA, outra pesquisa da Zogby International, realizada no mesmo ano, chegou à mesma conclusão (POLLACK, 2003). Mesmo com tamanho antiamericanismo, a nação realizou o convite às forças armadas estadunidenses, e seu estabelecimento na região deu-se sem revoluções.

Parte da resposta sobre como a sociedade saudita pôde aceitar a medida extremamente impopular implementada pela realza está justamente no papel dos ulemás. Antecipando o

descontentamento da população, o Rei Fahd solicitou ao Conselho dos Eruditos Sênior, instituição que concentra os ulemás de maior prestígio no país, a emissão de uma *fatwa* apoiando a medida política. Apesar de ter recusado a princípio, o Conselho não tardou a emitir a *fatwa*, legitimando, assim, os atos do Rei aos olhos do Islã, através de um pronunciamento legal, permitindo, de acordo com o julgamento sagrado, a busca da Arábia Saudita por auxílio dos Estados Unidos.

É importante notar que, em origem, o estabelecimento de tropas dos EUA no país não era um assunto religioso, assim, os muçulmanos sauditas teriam a liberdade de escolher posicionar-se contra ou a favor de tal política, sem que o seu posicionamento ferisse qualquer princípio religioso. No entanto, a pedido do Rei, o Conselho dos Eruditos Sênior trouxe a questão para o âmbito religioso, ao alegar que buscar por auxílio estadunidense estava de acordo com os ensinamentos do profeta e das leis Islâmicas. A partir deste ponto, os muçulmanos que se identificassem com a escola doutrinária representada pelo Conselho, o Wahabismo, não poderiam criticar a política adotada por seu governador sem ferir os princípios do Islã. Considerando que o Wahabismo é a doutrina predominante na Arábia Saudita, a simples emissão de um *fatwa* por uma instituição de prestígio pertencente à escola é suficiente para influenciar milhares de pessoas em suas opiniões e tomadas de decisões sobre um determinado assunto político.

A ilustração acima é apenas um entre diversos exemplos sobre como assuntos "mundanos" se tornaram sagrados por conta de desejos da classe governante. Habermas (2008) também destaca a transformação de questões profanas em sagradas e alega que “[...] frequentemente, conflitos profanos em origem são inflamados uma vez que codificados em termos religiosos [...]” (HABERMAS, 2008, p.19, tradução nossa). Platteau (2017) compartilha desta visão, e alega que os conflitos que aparentam ser, a primeira vista, entre diferentes facções religiosas ou interpretações da fé, geralmente escondem batalhas mais terrenas, que podem ser ligadas aos interesses de certos grupos em obter poder político e os privilégio econômicos que o acompanham (PLATTEAU, 2017).

Considerando que, no Islã, muitos dos conflitos religiosos e divergências de opiniões tem origem em questões políticas, não é possível defender que existe e sempre existiu uma união totalitária entre a política e o Islamismo, tampouco é possível alegar que os Estados nos quais viviam e vivem os muçulmanos são Estados Islâmicos. Ao longo da história muçulmana, o Estado era inerentemente político e não religioso, por causa de divergências entre as naturezas da autoridade política e autoridade religiosa no Islã (PLATTEAU, 2017).

Em seus primeiros séculos de história, o Islã foi permeado por uma violência sem fim, causada pela luta entre diferentes clãs que disputavam a herança do Profeta. O Profeta Maomé não deixou nenhum filho homem para herdar naturalmente a sua posição como líder do Islã e representante de Deus na terra, portanto, sua morte desencadeou uma sangrenta disputa entre aqueles que queriam que sua família o sucedesse, e aqueles que queriam formar um conselho de notáveis, que seriam os responsáveis por eleger o sucessor. Cabe aqui um destaque para o surgimento do xiismo, criado em meio a estes combates pela sucessão, como um movimento de apoio aos descendentes do Profeta. Assim, ao invés de ter-se originado a partir de conflitos doutrinários, o início do xiismo possui uma origem bem mais terrana - o apoio à liderança política de certos indivíduos em detrimento de outros (MAKIYA, 1998).

As guerras constantes perduraram por quatro califados, o último tendo terminado com o assassinato do genro do Profeta e marcando a dissociação entre as autoridades política e religiosa no mundo muçulmano. Com isso, o califa⁶ perdeu o seu papel sagrado e manteve apenas os deveres de reconhecer a soberania da *sharia* e respeitar os interesses básicos da comunidade muçulmana (PLATTEAU, 2017, p.52).

A partir deste marco, de acordo com Lapidus (1988; 1996), sucederam inúmeros califados que levavam a separação institucional entre Estado e religião como norma, e obtinham legitimidade com base em suas forças militares e posse de terras sagradas para o Islã, enquanto a elite religiosa possuía uma autoridade mais abrangente sobre os aspectos doutrinários, pessoais, comunais e religiosos do Islã. Os governantes não poderiam se colocar como líderes religiosos, pois o Profeta fora o único a exercer a legítima liderança política e religiosa, sendo ao mesmo tempo “Rei do Islã” e sombra de Alá na terra, assim, qualquer outro que o sucedesse teria que ser também um mensageiro de Deus, no entanto, de acordo com a doutrina Islâmica, não poderá existir nenhum outro além de Maomé. Deste modo, estava assegurada a separação entre autoridade política e religiosa, que perdura no mundo Islâmico até hoje e é uma premissa essencial para o conceito de instrumentalização da religião pelo Estado saudita que será abordado pela presente pesquisa.

Durante séculos, os califados Islâmicos respeitaram a separação entre política e religião como uma regra. No Mali, por exemplo, o senhor de guerra Askia Muhammad Ture (1493-1528) tornou-se um dos líderes mais renomados do império Songai após tornar o Islã a religião oficial do país, construir mosques e até visitar Meca, tendo obtido na peregrinação o

⁶ O califa é o sucessor do Profeta como chefe da nação e líder da comunidade de muçulmanos, e tem o poder de aplicar a lei Islâmica (*sharia*) na terra do Islã. (FRANCE PRESSE, 2014).

título de “Califa do Sudão”. Após o seu retorno, o líder obteve apoio de líderes muçulmanos e declarou *jihad* contra os seus inimigos políticos, rapidamente subjugando-os (PLATTEAU, 2017).

Foi apenas no império Otomano, no decorrer do século XVI, que as coisas mudaram e os governantes passaram a aumentar seus domínios sobre o âmbito sagrado a fim de se fortalecerem. De acordo com Platteau (2017), o aumento das pressões da Rússia sobre o Império, com o pretexto de proteger os cristãos otomanos, fez com que seus dirigentes fossem atrás de formas mais poderosas para defender sua supremacia, sendo a principal delas a reivindicação de autoridade espiritual sobre os muçulmanos russos. Se antes o domínio de terras sagradas e o poderio militar haviam sido suficientes para garantir sua legitimidade, agora o Sultão necessitava de formas mais profundas e poderosas de legitimação e domínio para ser capaz de manter um império de tamanha extensão e tamanhas riquezas, assim, inicia-se uma longa tradição de subordinação da autoridade religiosa pelo poder político. No entanto, como Platteau (2017) fez questão de destacar: “O fato de que governantes frequentemente julgavam vantajoso reivindicar um pouco de legitimidade Islâmica para sustentar suas autoridades políticas sobre os muçulmanos, não fez do Estado que eles controlavam Islâmico,” (PLATTEAU, 2017, p.52, tradução nossa).

Ainda, de acordo com o autor, existem exemplos históricos de classes governantes que não seguiam o Islã, adotavam ações política que não eram Islâmicas de nenhuma forma, mas agiam de forma Islâmica quando os convinha e possuíam clérigos muçulmanos em seu entorno. Além disso, outro sinal de uso da religião pela política, na visão de Platteau (2017), está no fato de que as elites governantes muçulmanas, ao mesmo tempo em que incentivaram e até forçaram a conversão de seus cidadãos de classes baixas, viam com maus olhos a conversão ao Islã de membros das aristocracias locais de países conquistados, pois, uma vez convertidas, estas elites poderiam se tornar ameaças e competir pelo poder político (PLATTEAU, 2017).

2.3 O ISLÃ COMO INSTRUMENTO POLÍTICO

Como foi exposto anteriormente, a conexão entre religião e política não é algo intrínseco ao Islã e tampouco as autoridades política e religiosa são indiferenciáveis de acordo com princípios Islâmicos. No entanto, há séculos, a classe política de países muçulmanos têm-se aliado à classe eclesiástica para benefício próprio, seja para ampliar ou para assegurar o seu poder político. Isso se dá pois o Islã é particularmente volátil a interpretações diversas.

Esta relativa liberdade de interpretação dos textos religiosos proveu diversos grupos e indivíduos com a oportunidade de reivindicarem a autenticidade de suas interpretações das escrituras sagradas e mostrarem suas narrativas do Islã como sendo únicas e universais, e a si próprios como os responsáveis pela defesa da fé. (OMELICHEVA, 2016).

Diversos governantes, grupos de oposição e até mesmo membros do próprio corpo eclesiástico fizeram uso do caráter manobrável do Islã para instrumentalizar a religião. Cabe aqui a definição de Platteau (2017) de instrumentalização religiosa como sendo um processo no qual o Islã (ou qualquer outra religião) é mobilizado pelas partes interessadas por conveniência política, ou para alcançar um objetivo político em específico. Ainda, de acordo com Omelicheva (2016), o processo de instrumentalização do Islã é deliberadamente discursivo e envolve o uso, pelo seu locutor, de recursos estratégicos para variar as conotações e apelos emocionais do discurso. Os recursos comumente utilizados são a junção de referências Islâmicas a outros temas diversos, que não possuem caráter religioso, assim como o deliberado destaque de certos aspectos da religião, enquanto outros aspectos são intencionalmente encobertos.

Os meios para a instrumentalização da religião não sofreram variações significativas ao longo da história, os fins da instrumentalização religiosa, no entanto, variam grandemente de acordo com os contextos histórico, geográfico e político das nações. Os exemplos são diversos, Saddam Hussein usou o Islamismo para neutralizar a oposição muçulmana em casa e convencer os muçulmanos de fora a apoiar os seus objetivos de política externa, os Turcos nacionalistas fizeram uso da religião para ganhar vantagem na luta contra as forças de ocupação na 1ª Guerra Mundial e o Sultão Abdulhamid aproveitou de símbolos e instituições sagradas para combater ameaças nacionalistas e imperialistas (OMELICHEVA, 2016). Nos três exemplos, cada um dos líderes políticos possuía objetivos particulares específicos, que lhes motivaram a instrumentalizar a religião Islâmica, no entanto, Omelicheva (2016) irá argumentar que todos possuem um aspecto em comum: suas nações passavam por tempos de crise política, nos quais a elite governante havia perdido, ou estava em processo de perder a sua força, enquanto surgiam novas fontes de contestação ao seu poder.

De fato, o enfraquecimento político é um grande motivador do uso da religião, já que implica a perda de legitimidade dos detentores de poder. A legitimidade política, por sua vez, advém de uma relação recíproca entre os detentores do poder e sua reivindicação de autoridade em relação aos súditos, e os súditos, que devem estar conscientes do direito dos detentores de poder em governar (OMELICHEVA, 2016). Caso esta relação se quebre e os

súditos deixem de reconhecer o direito de governar da elite política, a última perde a justificativa para exercer o poder e se enfraquece, nesses casos, como foi exposto nos exemplos citados acima, a religião provê “[...] um material pronto para representar, assegurar e legitimar velhas e novas formas de autoridade.” (OMELICHEVA, 2016, p.146, tradução nossa).

Todo o poder precisa ser legitimado de acordo com Foucault (1998) e o Islã, por sua abertura para diversas interpretações e falta de liderança centralizada, se mostrou uma ferramenta particularmente útil para a legitimação do poder político. Platteau (2017), traduz este fato no seguinte questionamento: “Já que os muçulmanos podem escolher os pregadores de sua preferência, e estes pregadores não estão sujeitos ao rígido julgamento de uma casta sacerdotal agindo como representantes de Deus, a religião não poderia ser manipulada pela política?” (PLATTEAU, 2017, p.98, tradução nossa). A resposta é sim, a religião pode ser manipulada pela política e o Islamismo, em particular, representa uma forma de instrumentalização da religião por indivíduos e organizações que utilizam o Islã para alcançar metas políticas (OMELICHEVA, 2016).

Estabelecidas as condições para a instrumentalização do Islã e seus usos práticos para o alcance de objetivos políticos, e contestados os argumentos que negavam a possibilidade de separação mínima entre política e religião e impossibilitaram, teoricamente, a utilização do conceito de instrumentalização, pretende-se, em seguida, discorrer sobre uma manipulação específica do sagrado pelo político - a praticada pelo Estado soberano da Arábia Saudita.

De acordo com Omelicheva (2016), regimes autoritários que sofrem com governos ineficientes e estão atolados em corrupção fazem uso frequente da instrumentalização da religião para mobilizar apoio público. Estes Estados autoritários podem, ainda, optar por instrumentalizar o Islã como uma forma de deslocar as fontes de inquietações políticas e sociais para outras esferas, ou para evitar responder às demandas de oponentes religiosos e seculares (PLATTEAU, 2017). Assim, o uso discursivo de temáticas sagradas por líderes totalitários tira o foco dos cidadãos do caráter despótico de seu governo, atraindo-lhes a atenção para outros assuntos.

No Oriente Médio, o Talibã configura-se como exemplo de instrumentalização da religião por líderes despóticos com os objetivos de conquistar apoio popular, obter legitimidade e tirar de foco o caráter autoritário de sua liderança. Tal exemplo é ilustrado pelo pronunciamento internacional do grupo extremista, feito em agosto de 2021, poucos dias após a tomada de poder no Afeganistão. No pronunciamento, um representante da organização

promete anistia geral e respeito aos direitos das mulheres, no entanto, não deixa de utilizar instrumentos religiosos em seu discurso, ao proferir o desejo do grupo de estabelecer uma estrutura governamental de acordo com a *sharia* e que as mulheres do país se adequem a ela (VEJA, 2021). Apesar de ter feito apenas afirmações vagas, como vimos, a *sharia* possui inúmeras interpretações, e expressar o desejo de segui-la não significa muito em termos práticos, o Talibã, através de seu discurso, deixou implícito que o antigo governo do país não era legítimo do ponto de vista religioso, já que não agia de acordo com a *sharia*. Ao alegar que iria “estabelecer uma estrutura governamental de acordo com a sharia”, o grupo ainda coloca a sua interpretação do Islã como a única correta e a si como o único possível responsável pela defesa dos interesses dos muçulmanos.

Vale destacar que esta é uma ferramenta utilizada também em regimes democráticos, no entanto, com menos frequência e menor intensidade, em casos onde um líder político populista deseja inspirar o senso de urgência na população, abordando assuntos que considera estratégicos, a fim de tirar o foco de outras questões que poderiam comprometê-lo. Não é necessário ir longe para buscar exemplos, o próprio Jair Bolsonaro faz uso de temáticas e símbolos sagrados em seus discursos para se aproveitar, em benefício próprio, da narrativa de que os valores e princípios de seu eleitorado cristão estão sob forte ameaça. O Presidente da República incentiva que certas camadas da população entendam a ameaça de seus valores morais como um assunto prioritário, ao mesmo tempo em que coloca-se como único defensor possível destes valores.

Através da análise do estabelecimento do 1º Estado saudita, da aliança formada entre a Casa de Saud e o corpo eclesiástico Wahabita e das características da relação entre ambas as instituições desde então, objetiva-se caracterizar a instrumentalização da religião pelo Estado da Arábia Saudita como a tipificada por Omelicheva (2016) e Platteau (2017), onde um governo autoritário e corrupto manipula a religião para se manter no poder.

3. RELIGIÃO E POLÍTICA DENTRO DA CASA DE SAUD

A natureza da relação entre o Estado Saudita e o Wahhabismo é objeto de extensos debates na comunidade acadêmica. O tópico de maior contestação diz respeito ao nível de influência exercido pela autoridade política sobre autoridade religiosa e vice-versa, assim como o nível de dependência entre ambas.

Existem, no meio acadêmico, aqueles que defendem que o movimento Wahhabista originou-se dentro do âmbito político, sendo assim, não existiria autoridade religiosa no reino

saudita fora do domínio do Estado e o nível de influência exercido pela autoridade política sobre a instituição religiosa seria total, de forma que a segunda teria se tornado apenas um instrumento da primeira. Por outro lado, existem também aqueles que alegam ser possível observar, historicamente, a variação de um extremo ao outro da influência exercida pelo Estado Saudita sobre a religião, havendo épocas nas quais a classe governante teve que ceder a demandas de cunho religioso de setores de oposição, e outras onde implementou políticas e reformas que desagradaram membros proeminentes da elite eclesiástica.

Como veremos, o Wahhabismo possui origens complexas e a institucionalização da aliança entre sauditas e Wahabitas formou uma relação heterogênea, onde a divisão dos papéis entre a instituição política e a instituição religiosa raramente é delimitada, gerando uma fronteira fluida, que varia de acordo com o contexto histórico, político e social do país. Assim, pretende-se fugir de análises generalistas que simplificam o Wahhabismo, caracterizando-o como um movimento uniforme, com a finalidade de investigar as mudanças pelas quais passou, ao longo dos séculos, e o pluralismo de vozes e variadas interpretações do Islã que abrange. Para isto, irei me basear na perspectiva de Natana J. DeLong-Bas (2013), por considerar a riqueza de sua análise útil para responder a um questionamento essencial à presente pesquisa - o Wahhabismo pode se reformar e modernizar? Responder a esta questão é essencial para o cumprimento do objetivo geral desta pesquisa, o de determinar o caráter das reformas modernizantes de Mohammad bin Salman.

3.1 WAHHABISMO: O MOVIMENTO ISLÂMICO COM MAIOR INFLUÊNCIA NO MUNDO MODERNO

O Wahhabismo é o movimento que mais exerceu influência no mundo muçulmano moderno (PLATTEAU, 2017), e para compreender a sua influência atual é necessário compreender o seu passado histórico. O movimento surgiu no século XVIII, como resultado da institucionalização de várias tendências proto-reformistas, e buscava recuperar o caminho “correto” do Islã, através da erradicação de práticas que, ao seu ver, eram contra o Corão e os ensinamentos do Profeta. Os diferentes costumes e culturas dos países muçulmanos teriam manchado o Islã, e a sua purificação era o objetivo de Muhammad Ibn Abd al-Wahhab, fundador do Wahabismo.

A partir deste ponto, as visões acadêmicas sobre o Wahhabismo começam a divergir. Enquanto Platteau (2017) caracteriza a doutrina de al-Wahhab como extremamente puritana e

a acusa de enfatizar a ideologia *takfiri*⁷, incentivando a violência e o extremismo, DeLong-Bas (2013) argumenta que os autores que vêem o *takfiri* como marca do Wahhabismo levam em conta apenas os desenvolvimentos históricos que se passaram após o falecimento de al-Wahhab. Para sustentar seu argumento, a autora faz menção à disputa entre al-Wahhab e Ibn Saud (líder político da tribo saudita), que se deu pois o governante desejava expandir o papel da *jihad*⁸ para justificar religiosamente suas atividades relacionadas à consolidação do Estado e conquista material de territórios (DELONG-BAS, 2013). Al-Wahhab, que não concordava com Ibn Saud, retirou-se da vida pública após a disputa.

A visão do Wahhabismo como uma escola retrógrada, ultra conservadora e fundamentalista, que tem como objetivo eliminar quaisquer pensamentos políticos divergentes para estabelecer uma única interpretação correta do Islã, traça um progresso linear entre o seu surgimento e a participação de 15 sauditas no ataque do 11 de setembro. De acordo com esta perspectiva, predominantemente Ocidental, a violência é intrínseca ao Wahhabismo e combatê-lo é a única forma de garantir que a Arábia Saudita adote o pluralismo religioso e se adeque às realidades contemporâneas. Assim, o progresso da nação necessariamente estaria atrelado à decadência de seu estabelecimento religioso e as reformas atuais do príncipe herdeiro não poderiam ser vistas senão como um sinal do enfraquecimento do Wahhabismo.

No entanto, DeLong-Bas (2013) chama a atenção para os fundamentos do Wahhabismo encontrados em suas escrituras e nas palavras de seu fundador, al-Wahhab. No tocante ao papel da mulher na sociedade Islâmica, al-Wahhab teria visões e ensinamentos progressistas para a sua época, tendo lutado para criar espaços públicos onde as mulheres muçulmanas pudessem se expressar livremente. Além disso, o fundador do Wahhabismo teria trabalhado para assegurar que as mulheres fossem alfabetizadas e educadas nos ensinamentos Islâmicos e para que tivessem acesso aos livros sagrados, assim, elas não dependeriam de terceiros e poderiam formular suas próprias interpretações do Islã. Sua visão quanto ao papel da mulher na congregação muçulmana teve efeitos significativos na sociedade de sua época e repercutiu até o início do século XIX, quando constatou-se a presença e ativismo de mulheres proeminentes, incluindo descendentes do próprio al-Wahhab, que empenharam-se em apoiar o movimento Wahhabista e garantir a educação e o acesso aos livros para suas compatriotas.

⁷ *takfiri* é a prática de declarar *jihad* contra qualquer um que se desvie “do caminho verdadeiro” do Islã, seja o indivíduo muçulmano ou não.

⁸ A *jihad* é a luta contra as tentações, ou pela defesa da moralidade. “a noção de *jihad* desenvolvida pelos juristas Islâmicos é de ‘guerra com significado espiritual’ (CHEREM, 2010, p.83)

Ademais, o papel de destaque do *takfiri* e da *jihad* não estão nos fundamentos do Wahhabismo, tendo sido, na verdade, desdobramentos posteriores que podem ser atribuídos à manipulação da religião pela classe governante, a fim de auxiliar na formação do Estado saudita. De acordo com a autora, “[...] a ideologia *takfiri* (prática de declarar que qualquer um que não concorde com você é um não crente que precisa ser combatido via a *jihad* combativa) pela qual os Wahabitas se tornaram reconhecidos historicamente, não estava presente nas escrituras fundamentais do movimento reformador, sugerindo que a formação do estado e a expansão jihadista não eram a visão central no fundador do movimento [...] (DELONG-BAS, 2013, p.412, tradução nossa). Muhammad ibn Abd al-Wahhab, na realidade, defendia um meio de conversão mais lento, através da educação, não a conversão imediata através da espada (*jihad*), no entanto o segundo meio mostrou-se mais conveniente para a classe política, que visava ampliar o seu domínio rapidamente através da conquista militar. De fato, a *jihad* possuía uma papel limitado no movimento Wahhabi, que seguia amplamente os parâmetros clássicos de limitação do envolvimento militar e dos ataques a civis e de restrição à destruição de propriedades (DELONG-BAS, 2013).

Assim, desde seu princípio até a atualidade, o movimento reformista de al-Wahhab passou por diversas mudanças que, predominantemente, tornaram-o mais puritano e conservador. Tais transformações podem ser amplamente atribuídas às interações entre o movimento e a autoridade política, como irei expor posteriormente, no entanto, mesmo atualmente, é inadequado tratar o Wahhabismo como uma instituição unificada, que possui uma visão e voz oficiais. Como todas as escolas Islâmicas, o Wahhabismo também está sujeito a diversas interpretações e é natural que exista, dentro de seu campo de influência, uma pluralidade de vozes que compartilham certos princípios, mas divergem amplamente em suas perspectivas sobre diversos assuntos. Portanto, em dados momentos históricos, certas vozes podem ser mais influentes e predominantes que outras, fazendo com que o movimento sofra transformações que nem sempre são lineares. Se nos últimos anos o Wahhabismo adotou uma forma mais retrógrada, limitadora dos direitos das mulheres e complacente ao autoritarismo, o movimento pode ainda se reformular e adequar-se à formação de uma Arábia Saudita com valores modernos e “ocidentalizados”.

3.2. A CASA DE SAUD: A ÚLTIMA GRANDE MONARQUIA ABSOLUTA

A tribo de Saud, durante o período de formação do movimento Wahhabista, lutava para conquistar poder soberano sobre os desertos da Arábia, extensa região que era populada

por tribos diversas que compactuavam com interpretações divergentes do Islã. Sua população e liderança é caracterizada por homens de negócio determinados, que escondiam suas práticas capitalistas desenfreadas atrás de uma conveniente fachada Islâmica (MEDDEB, 2002).

A fim de alcançar seu objetivo de estabelecimento de um poder soberano, os sauditas sabiam da necessidade de unificar a região. Sabiam igualmente que esta seria uma árdua tarefa, considerando o forte contexto tribal e beduíno das sociedades da região, onde as alianças tribais e os constantes conflitos regionais predominavam às custas da unidade da comunidade. Assim, a religião se mostrou um poderoso instrumento, sem o qual a tribo não teria prosperado no alcance de seu audacioso projeto.

3.3 QUANDO O POLÍTICO ENCONTRA O RELIGIOSO: ALIANÇA ENTRE O WAHHABISMO E A CASA DE SAUD

O estabelecimento do 1º Estado saudita no século XVIII foi o marco do início da aliança entre a autoridade política e religiosa na Arábia Saudita. Muhammad ibn `Abd al-Wahhab e Muhammad ibn Saud em 1774 estabeleceram uma relação simbólica, na qual o primeiro ficaria responsável pelo aspecto religioso e pelas questões sociais e legais e o segundo por prover liderança política e militar para a sociedade. A aliança teve objetivos estratégicos para ambos os lados.

Ibn Saud obteve a ferramenta que necessitava para unificar as diversas tribos que constituíam a Arábia ao escolher o Wahhabismo como a versão da fé que iria simbolicamente identificar a nova nação emergente (PLATTEAU, 2017). Ao reforçar os ideais Wahabitas em comunidades fechadas e, então, em uma sociedade em rápida expansão, o líder saudita foi capaz de dissolver as alianças tribais predominantes e estabelecer, em seus lugares, uma comunidade Islâmica unificada, que compartilhava das leis de Deus e poderia desenvolver suas atividades produtivas e comerciais com maior eficácia e rapidez, já que a atmosfera geral de anarquia e insegurança da região havia sido neutralizada (PLATTEAU, 2017).

Ao instrumentalizar o Islã para o propósito de integração nacional e escolher o Wahhabismo como a versão da fé que iria simbolicamente identificar a nova nação emergente, os sauditas foram bem sucedidos em unir diversos grupos tribais em um movimento único que eventualmente conquistou a maior parte da Arábia e estabeleceu o reino da Arábia Saudita em 1932. (PLATTEAU, 2017, p.268, tradução nossa).

A aliança mostrou-se extremamente proveitosa para a elite política saudita, que deve muito do seu sucesso em conquistar o poder soberano ao prestígio dos ulemás Wahabitas,

graças aos quais novas comunidades foram criadas e seus cidadãos transformados em poderosos guerreiros da “fé”. Assim, os sauditas foram capazes de conquistar e fortalecer sua legitimidade em comunidades cada vez maiores e, ainda, obter amplo apoio militar de membros da congregação que estavam dispostos a espalhar sua fé através da conquista de novos territórios.

Por outro lado, a autoridade religiosa também encontrou benefícios nessa aliança, principalmente na transformação de Ibn Saud em um ímã⁹ simbólico, uma figura político-militar pronta para apoiar sua causa e garantir-lhes o direito de impor na Península Arábica sua interpretação do Islã (PLATTEAU, 2017). Assim, o Wahhabismo foi capaz de se espalhar rapidamente e compartilhar sua missão de recuperação dos “verdadeiros” valores Islâmicos com uma comunidade de fiéis cada vez maior.

Com o fim de consolidar a identidade nacional saudita e reforçar sua legitimidade, a autoridade política cooptou as elites religiosa e realçou caracteres ultra-conservadores do movimento Islâmico, como o *takfiri* e a *jihad*, tendo sido bem sucedida.

3.4 EQUILÍBRIO OSCILANTE

O pacto estabelecido entre Muhammad ibn `Abd al-Wahhab e Muhammad ibn Saud mostrou-se extremamente vantajoso para ambas as partes e passou de uma aliança simbólica, para uma aliança institucionalizada ao longo do tempo. A autoridade política da Arábia Saudita já é dominada pela Casa de Saud há três dinastias, enquanto os descendentes de al-Wahhab mantêm, até a atualidade, o controle da instituição religiosa.

Com a institucionalização da aliança entre poder político e religioso, foram criadas instituições e cargos religioso dentro do aparato político da nação saudita, sendo os principais: a polícia religiosa (fundada em 1940), as cortes de sharia (atualmente 300, sobre a administração do Ministro da Justiça), o Conselho dos Eruditos Sênior (estabelecido em 1971) e a posição de Grande Mufti. No entanto, um questionamento importante levantado pelos acadêmicos diz respeito ao papel de cada autoridade, religiosa e política, nessa relação. Haveria um maior beneficiado? As instituições religiosas seriam apenas um instrumento sobre o controle do Estado?

Para Lee (2014), o âmbito religioso é totalmente dependente do poder e vontade da monarquia, sendo assim, todas as instituições religiosas presentes no país foram criadas e são

⁹ O ímã no sunismo é o indivíduo responsável por guiar as orações. Ele é nomeado pela comunidade em reconhecimento ao seu domínio intelectual sobre as leis Islâmicas.

utilizadas como instrumentos do Estado, a fim de cumprir os seus objetivos políticos. Assim, o corpo eclesiástico saudita só emitiria mensagens úteis e aprovadas pelo Estado e falaria em nome de ambos, o Estado e a religião, dando um caráter sagrado às políticas de governo e incitando os cidadãos sauditas a obedecerem às regras e serem complacentes para com a autoridade política.

DeLong-Bas (2013) argumenta contra essa visão e discorda de que o Estado saudita possa fazer o que bem entender com a religião para cumprir seus objetivos, sem encontrar oposições. De acordo com a autora, as instituições, congregações e símbolos religiosos usufruem de certa liberdade, às vezes maior ou menor, e objetivos próprios, sendo capazes de exercer pressão e influência sobre o Estado a favor de seus interesses.

Para compreender o local da religião no âmbito político é preciso, primeiramente, rejeitar a visão de que o Wahhabismo é representado por uma autoridade única, caracterizada pela pessoa do Grande Mufti. Existem múltiplas vozes dentro do movimento reformista, algumas de apoio e outras de oposição, sendo que as últimas tem-se tornado abertamente públicas desde o início dos anos 90, propondo alternativas à agenda religiosa apoiada pelo Estado que variam desde apelos para a reforma pacífica, até para programas revolucionários (DELONG-BAS, 2013).

Prova da relativa independência de opinião do estabelecimento religioso está no programa político implementado pelo Rei Faisal no final do século XX. O período de governo do Rei Faisal é tipicamente retratado como uma era de modernização e desenvolvimento, durante a qual grande parte da infraestrutura do Reino foi construída, incluindo escolas para meninos e meninas. Além disso, foram feitas reformas burocráticas para tornar as finanças do país mais eficientes, foi estabelecido o Ministério da Justiça e inaugurado o primeiro plano para o desenvolvimento econômico da nação, que tinha a duração de cinco anos. O Rei propôs reformas que focaram no desenvolvimento da nação e no papel dos cidadãos, fossem homens ou mulheres, em contribuir construtivamente para a sociedade (DELONG-BAS, 2013). Tais reformas não foram bem vistas pela instituição religiosa, que se opôs à princípio, no entanto, o Grande Mufti, Muhammad ibn Ibrahim al-Shaykh, apoiou o Rei Faisal para prover justificção religiosa e apoiar o progresso do reino (DELONG-BAS, 2013). Isso não mostra apenas a capacidade da autoridade religiosa saudita em se opor a políticas governamentais, mas também a multiplicidades de vozes existentes dentro do corpo eclesiástico, que nem sempre compartilha das mesmas opiniões e interpretações sobre a *sharia* e os ensinamentos do profeta.

Historicamente, o *establishment* religioso saudita, representada pelo Grande Mufti, pelo Conselho de Eruditos Sênior, pelas Cortes da *sharia* e pelo Comitê para a Promoção da Virtude e Prevenção do Vício, desfrutaram de mais ou menos autonomia para expressar suas opiniões e aconselhar a classe governante quanto às questões sagradas, o que os Wahabitas acreditam ser o seu propósito para com o Estado. Nos anos 70, por exemplo, o Conselho foi criado após a morte do Grande Mufti, a fim de substituir uma voz única, e mais facilmente controlável, pelo debate coletivo, representado pela variedade de ulemás participantes do Conselho, assim, o *establishment* religioso pôde desfrutar de mais autonomia própria. Essa tendência permaneceu ao longo dos anos 80 e 90, quando surgiu e se fortaleceu o *sahwah shaykhs*¹⁰, movimento Islâmico fundamentalista de oposição ao *establishment* religioso saudita, que ganhou proeminência após à instalação de bases militares estadunidenses no país.

O movimento *sahwah shaykhs* criticou duramente o Conselho por sua posição de apoio às decisões do governo, acusando-o de apenas estampar as políticas do Estado com o seu “selo de aprovação”. Participantes do *sahwah* apresentaram cartas de petição ao Estado, solicitando que se mantivesse nos princípios, considerados por eles, Wahhabis, e como não obtiveram respostas além da prisão de seus líderes, alguns de seus membros se radicalizaram e passaram a pedir abertamente pela revolução (caso de Osama bin Laden). Apesar de ignorar às demandas do movimento à princípio, o Estado percebeu a necessidade de ao menos abrir um canal de diálogo com os dissidentes após os ataques de 11 de setembro, portanto, acrescentou líderes do *sahwah* ao Conselho de Eruditos Sênior, o que muitos perceberam como “[...] evidência de movimentações dentro do *establishment* religioso, incluindo no judiciário e no sistema legal, para uma maior abertura, disposição à reforma e, talvez o mais importante, afastamento da ideologia *takfir* [...]” (DELONG-BAS, 2013, p.417, tradução nossa).

No entanto, ao mesmo tempo em que abriu espaço para uma maior multiplicidade de opiniões dentro do *establishment* religioso, colocando-se em uma posição de maior susceptibilidade quanto à autoridade religiosa, o Estado também buscou manter o seu

¹⁰ O *Sahwah*, ou Despertar Islâmico, defendia uma maior incorporação dos ensinamentos Islâmicos na educação e no cotidiano saudita (ALJAZEERA, 2019). O movimento foi o resultado da junção entre a ideologia da Irmandade Muçulmana e a tradição Wahhabi do Estado saudita. À princípio, o fenômeno era caracterizado pela disseminação da contracultura e atraiu a juventude muçulmana com a organização de atividades sociais e educacionais. Ao longo do tempo, sua perspectiva se tornou cada vez mais politizada - “[...] a religião era considerada como tendo um papel na política, uma visão atípica na Arábia Saudita da época.” (ALJAZEERA, 2019, n.p, tradução nossa). Os líderes do *sahwa* incentivaram que a juventude desenvolvesse interesse na política e desafiaram a ideia de obediência incontestável ao governante, assim, foram vistos como ameaças para a Casa de Saud e o *establishment* religioso.

controle, reafirmando uma poderosa e singular voz do Islã na pessoa de Abdulaziz bin Baz, que ocupou a posição de Grande Mufti, cargo que permaneceu vazio durante décadas até o aumento da influência *sahwah* (DELONG-BAS, 2013).

Percebe-se, portanto, que a relação entre a autoridade política e religiosa é mais complexa do que se pode transparecer à primeira vista. Em uma análise superficial, têm-se a ilusão de que o *establishment* religioso é um poderoso instrumento, com o qual o Estado pode fazer o que bem entender a fim de conquistar apoio e obter legitimidade para seus projetos políticos. Com uma análise mais aprofundada, no entanto, percebe-se que a religião pode ser ambos um instrumento e um obstáculo às políticas de Estado, considerando seu caráter múltiplo que abrange diferentes interpretações do Islã. Dentro desta perspectiva, a classe governante da Arábia Saudita tem feito uso de mecanismos complexos e ardilosos para manter o controle sobre a autoridade religiosa e conciliar todas as vozes que abrange. Assim, foi bem sucedida na formação de uma identidade nacional, na legitimação da monarquia absoluta e no cumprimento de diversas pautas políticas que lhe eram de interesse, entretanto, estas não foram tarefas simples, e ao longo do tempo se formaram e fortaleceram vozes religiosas dissidentes.

Assim, a aliança entre o sagrado e o político no reino saudita não é imutável, e tampouco impede o país de qualquer progresso, como defendido por alguns autores, já que o caráter do corpo eclesiástico varia, assim como a capacidade do Estado de reprimir as demandas das vozes de oposição. Isso torna esta aliança muito mais estável e duradoura, tendo sido capaz de suportar historicamente reformas contemporâneas, anseios conservadores, impulsos fundamentalistas etc. O Estado teve apoio da autoridade religiosa em diversos momentos, muitas vezes para legitimar posições contraditórias, como é o caso do direito das mulheres em solicitarem o divórcio, antes condenado em todos os casos pelo *establishment* religioso e atualmente aceito em contextos específicos.

3.4.1 Os impactos da comunicação global e integrada

Como vimos, apesar de existir na Arábia Saudita um *establishment* religioso sob controle do Estado, é impossível que o último obtenha controle sobre todas as crenças e todo o debate sagrado da sociedade, já que existem canais de diálogo fora de seu controle, onde vozes múltiplas podem existir e opinar sobre assuntos religiosos. Quando estes movimentos dissidentes se fortalecem, a abordagem histórica da Casa de Saud tem sido diversa, variando desde a prisão de seus líderes, até sua inclusão no *establishment*.

A introdução da TV por satélite e, em especial, do canal de mídia Al-Jazeera nos anos 90, foram marcos do fim do controle estatal sobre os canais de comunicação, incluindo sobre assuntos religiosos, como consequência, a população saudita encontrou-se exposta a múltiplas vozes, algumas aprovadas pelo Estado e outras não (DELONG-BAS, 2013). De acordo com a autora: “O principal impacto é que nem o Estado, nem o *establishment* religioso possuem o monopólio do discurso religioso dentro do reino atualmente [...]” (DELONG-BAS, 2013, p.420).

A abertura destes novos espaços de diálogo, que não são mediados pelos governantes do Reino, possui o potencial de exercer impactos políticos, já que a capacidade dos sauditas de debater história, teologia e política compromete o autoritarismo em diversas esferas e abre o caminho para que a população se liberte das narrativas de exclusão, subserviência e obediência endossadas pelo Estado, através da exigência por reformas. (AL-RASHEED, 2009).

A introdução da mídia global e a difusão do uso das redes sociais na Arábia Saudita fez com que a Casa de Saud fosse incapaz de mediar todos os canais de diálogo e impor sua visão singular do Islã com a mesma eficácia. Antes, a comunidade muçulmana saudita estava exposta praticamente apenas aos ensinamentos e aconselhamentos do *establishment* religioso, e para buscar interpretações do Islã divergentes, era necessário que o indivíduo se colocasse sob o risco de severas punições estatais. Agora, do próprio conforto de sua casa, um indivíduo pode assistir vídeos e dialogar com líderes de movimentos Islâmicos dissidentes. É claro que ainda existem riscos, proeminentes membros de comunidades muçulmanas que utilizaram a internet para expressar posições *anti-establishment* acabaram em prisões sauditas, caso de Raif Badawi, blogger saudita que foi preso sob a acusação de insultar o Islã através de meios eletrônicos (SHELIN e ULRICHSEN, 2019). No entanto, as mudanças na sociedade saudita foram notáveis, e de acordo com Al-Rasheed (2018):

As novas vozes que agora são ouvidas na esfera virtual são incomuns em um país sem nenhuma experiência de uma imprensa aberta e livre. Explorar as vozes de discordância entre ambos, homens e mulheres, mesmo que as mais críticas permaneçam online, aponta para uma esfera pública em transformação, onde os sauditas avaliam a performance de suas lideranças e ousam lançar críticas sobre suas falhas online. Eles demandam mais direitos, desde campanhas para que mulheres dirijam, até demandas para a melhor infraestrutura em cidades. (AL-RASHEED, 2018, p.3, tradução nossa).

Portanto, fica claro que, na era digital moderna, a elite política saudita precisará realizar mudanças para lidar com as novas formas de resistência e rebelião impulsionadas pelas tecnologias da comunicação. A ampliação, ainda que tímida, de canais de diálogo livres e dos meios para o discurso democrático, também podem trazer foco ao caráter autoritário do regime e ampliar os movimentos em prol da maior participação política dos cidadãos. Ao mesmo tempo, grupos fundamentalistas religiosos também se aproveitaram de tecnologias contemporâneas de comunicação para ampliar suas influências e criticar a ordem religiosa vigente, é o caso da Al-Qaeda, do Estado Islâmico e do movimento *sahwa*, que fizeram amplamente uso de redes sociais para conquistar mais apoio e criticar os Estados muçulmanos por seus “desvios” dos verdadeiros princípios do Islã. Em meio a todas estas tendências, a Casa de Saud tenta se equilibrar, como já o fez tantas outras vezes em épocas conturbadas da história. Mas será que a autoridade política poderá assegurar o seu poder e legitimidade através da instrumentalização da religião, assim como no passado? As transformações necessárias para a manutenção do poder podem ser obtidas dentro da ideologia Wahhabi?

3.5 MBS E AS PROMESSAS DE REFORMA E MODERNIZAÇÃO

Mohammed bin Salman (MBS), filho do Rei Salman bin Abdul Aziz, assumiu a posição de príncipe herdeiro em 2017, após seu pai ter destituído Mohammed bin Naye, seu sobrinho, do cargo. MBS obteve não só a promessa de ascensão ao trono saudita, mas também a posição de governante *de-facto* do reino, e prometeu aos sauditas reformas de cunho econômico, social e religioso. De acordo com o próprio príncipe, as transformações que transcorreram na Arábia Saudita no ano de 1979¹¹, no advento da ascensão do movimento *sahwah shayks* e do Islamismo fundamentalista, foram um retrocesso para o país e destituíram os cidadãos sauditas, principalmente as mulheres, de seus direitos e liberdades. Segundo ele, os sauditas “estavam levando uma vida normal, como no resto dos países do Golfo [...] apenas pessoas normais se desenvolvendo como em qualquer outro país do mundo, até os eventos de 1979.” (SHELIN e ULRICHSEN, 2019, p. 5, tradução nossa). E é justamente esta “vida normal” que MBS deseja resgatar através de suas reformas.

¹¹ Em 1979, a Grande Mesquita de Meca foi tomada por extremistas religiosos armados. A milícia condenava a “degeneração” dos valores sociais e morais da Arábia Saudita e, apesar de derrotada (seus líderes foram executados publicamente), impulsionou um movimento amplo de conservadorismo religioso e social no país. A Casa de Saud se viu obrigada a conceder maior poder e autonomia a clérigos linha-dura do *establishment* religioso para conter outras possíveis tentativas de revolução, como resultado, houve um aumento de “demonstrações públicas de devoção e religiosidade, incluindo atenção a aderência pública a rituais de oração, interpretações mais rígidas e literais da lei Islâmica e, especialmente, atenção concentrada às mulheres como portadoras da cultura, resultando na restrição de seu acesso a espaços públicos [...]” (DELONG-BAS, 2013, 416, tradução nossa).

A fim de recuperar o passado “mágico” da Arábia Saudita, MBS têm diminuído a participação do Estado e diversificado a economia do país através do plano *Vision 2030*. No âmbito social, realizou atos históricos, como a abertura de cinemas e estádios para mulheres e, na esfera religiosa, a prisão de clérigos e membros importantes da realeza saudita foi o seu ato mais surpreendente, causando um enorme burburinho na sociedade saudita e internacional.

Tradicionalmente, a Casa de Saud reprimiu e atendeu a críticas dos setores mais conservadores da sociedade saudita, pesando suas políticas para verificar seus efeitos na balança de poder que sustenta sua autoridade (SHELIN e ULRICHSEN, 2019). O príncipe herdeiro estaria seguindo esta tradição e avaliando cuidadosamente como suas reformas seriam recebidas por elementos chave da sociedade saudita? Ou estaria ele abrindo mão do sistema informal de pesos e contra-pesos, que sempre preveniu um líder de exercer verdadeiro controle autocrático, e colocando em risco a estabilidade da nação?

De acordo com Sheline e Ulrichsen (2019) e Al-Rasheed (2018), a estabilidade do Reino saudita não está em risco iminente, e aqueles que nisso acreditam ignoram a dinâmica interna entre Estado e sociedade e a natureza da tradição conservadora do país. Mohammed bin Salman, apesar de não transparecer, faria uso do sistema de pesos e contra-pesos para tomar suas decisões políticas e suas ações seriam minuciosamente calculadas, a fim de manter o apoio do *establishment* religioso, atender aos desejos por maiores liberdades de camadas específicas da população, particularmente as mulheres, e, ao mesmo tempo, não desagradar os setores conservadores da sociedade saudita.

Prova da posição de MBS seria o seu relacionamento com o Conselho de Eruditos Sênior, que não foi em nada abalado pelas reformas adotadas pelo déspota. Àqueles que atribuem ao *establishment* religioso e ao Wahhabismo a responsabilidade pelo status da mulher na Arábia Saudita ficariam surpresos ao ver que, mesmo após reverter leis que limitavam o acesso das mulheres a espaços públicos e privados, MBS manteve o apoio do Conselho, que demonstrou consistentemente que oferecerá justificativas religiosas para as decisões tomadas por MBS, tendo emitido *fatwas* contra o Qatar, após o boicote liderado pela Arábia Saudita, assim como contra o Canadá, após o governo canadense ter concedido cidadania para a família de um membro em cárcere de oposição à monarquia (SHELIN e ULRICHSEN, 2019). Isso serve como evidência para o argumento de Al-Rasheed (2018), Delong-Bas (2013) e outros acadêmicos de que, na verdade, é responsabilidade do Estado, não do Wahhabismo, a tendência de redução das mulheres sauditas a sujeitos literais da lei Islâmica, que precisam de “cuidados” dos homens. O Estado assumiria esta posição com o

objetivo de aumentar o seu controle sobre a sociedade. De acordo com Delong-Bas (2013): “Ao assumir o papel de tomador de decisões, o Estado não só relega as mulheres à posição perpétua de legalmente menores, mas também aumenta sua própria legitimidade e poder.” (DELONG-BAS, 2013, p.418, tradução nossa). O Estado estaria colocando-se acima da autonomia da mulher e desrespeitando a autoridade da família, sob o pretexto de proteção da mulher contra a violência da sociedade.

Este é um assunto polêmico entre comunidade acadêmica, no entanto, é possível observar historicamente que o Estado possui, de fato, certa autonomia para definir políticas, tanto de limitação, quanto de ampliação da regulamentação sobre a autonomia das mulheres na sociedade saudita. Durante o período de reinado do Rei Faisal (1963 - 1975), por exemplo, reformas foram feitas para que as mulheres pudessem desfrutar de maior liberdade, e elas eram incentivadas a contribuir para o desenvolvimento da nação em posição de igualdade a dos homens. O apoio concedido pelas autoridades Wahabitas ao Rei foi essencial para que o mesmo conseguisse levar a cabo o seu plano de reformas. No entanto, no final dos anos 70, posições mais radicais quanto ao lugar das mulheres na sociedade saudita foram tomadas pelo Estado a fim de atender as reivindicações de movimentos mais fundamentalistas anti-modernos e impedir tentativas de revolução. Mesmo em vista a drástica mudança de posição, a autoridade Wahhabi permaneceu um importante ponto de apoio para o Estado, deixando claro o seu suporte ao governo através da emissão de inúmeras *fatwas* limitando o acesso de mulheres a espaços públicos, regulamentando o seu uso de vestimentas etc.

Tais exemplos evidenciam que o apoio da elite eclesiástica é de extrema importância para a tomada de decisões estatais, no entanto, também demonstram que, assim como explicitado antes, existe uma variedade de interpretações dentro do movimento Wahhabi e a autoridade política pode tomar posições antagônicas sobre os mesmos assuntos em diferentes momentos históricos sem se comprometer com a autoridade religiosa, ou comprometer a justificativa religiosa de suas ações. No caso de MBS em específico, percebe-se que, ao permitir que mulheres dirijam desacompanhadas, assistam a jogos de futebol e entrem em cinemas, o governador *de-facto* da Arábia Saudita não está necessariamente contrariando as vontades do *establishment* religioso, ou tampouco colocando em risco o apoio do corpo eclesiástico Wahhabi à casa de Saud, já que políticas similares haviam sido implementadas anteriormente com o apoio da liderança religiosa saudita. Suas reformas podem e têm sido implementadas dentro do Wahhabismo, demonstrando o papel da família real em passar uma agenda de reforma através do *establishment* religioso (DELONG-BAS, 2013).

No caso do exemplo utilizado anteriormente como simbólico da reforma religiosa implementada no país por MBS, a prisão de membros da elite política e religiosa do país mostrou apenas a disposição do líder em atacar indivíduos que estão fora do *establishment* religioso e representam uma ameaça à consolidação de seu poder. Ao mesmo tempo em que ataca aqueles que buscam uma maior liberdade de expressão e representatividade política, MBS absteve-se de censurar membros controversos do Conselho que buscam promover uma forma fundamentalista do Islã, mas usam suas posições de autoridade para apoiar a Casa de Saud, reforçando, assim, a parceria de longa-duração entre o *establishment* religioso e a família real (SHELIN e ULRICHSEN, 2019). Nas palavras dos autores:

O aprisionamento de indivíduos abastados no Ritz-Carlton, em novembro de 2017, representa uma política que obteve atenção generalizada da mídia sem causar mudanças fundamentais. Ao mirar em cidadãos de alto perfil, mesmo membros de sua própria família, MBS abrandou os sentimentos de cidadãos sauditas que assistiram com frustração enquanto o alto escalão da sociedade saudita se beneficiou de décadas de corrupção e nepotismo. O caso do Ritz-Carlton pretendia apelar para a juventude saudita, que vê MBS como responsivo aos desejos de seus colegas Millennials, mas também serviu para consolidar o poder do Príncipe Herdeiro. (SHELIN e ULRICHSEN, 2019, p.7, tradução nossa).

Percebe-se, portanto, que MBS, assim como seus antecessores, continua a fazer uso do soft power religioso para consolidar e manter seu poder. Igualmente a seus precursores, o Príncipe Herdeiro não está disposto a colocar em risco a aliança entre a autoridade política e o *establishment* religioso, mas, pelo contrário, utilizá-la para manter a estabilidade do reino saudita e passar a sua agenda de reformas. A ascensão de MBS demonstraria, ao invés da ruptura, a continuidade de uma aliança versátil entre religião e política dentro da nação saudita, que não impede que haja reformas ou mudanças políticas estruturais. Demonstraria, também, que o Príncipe Herdeiro não abriu mão do sistema de pesos e contra-pesos, já que que suas ações são limitadas por cuidadosas considerações sobre seus efeitos no *establishment* religioso, as camadas jovens da população e os defensores de uma visão ultra-conservadora do Islã.

O progresso seria possível dentro do Wahhabismo, um movimento composto por diversas vozes e interpretações, suscetível às vontades e demandas de seus membros. Assim, o Príncipe Herdeiro não estaria arriscando sua posição como déspota para passar suas reformas, mas antes, buscando a manutenção de seu poder, em meio a um cenário de mudanças, no qual a sociedade saudita encontra-se cada vez mais exposta a canais de comunicação livres e a narrativas contrárias aos programas defendidos pelo Estado. A religião

continuará sendo a poderosa ferramenta utilizada pela Casa de Saud para garantir a sua autoridade absoluta, no entanto, o Príncipe teria notado a necessidade de alterar o conteúdo do discurso sagrado que vinha sendo utilizado nas últimas décadas.

A fim de comprovar ou contestar a tese apresentada acima, seguindo a metodologia da pesquisa, irei analisar, no próximo capítulo, as variáveis dependentes e independentes descritas na introdução.

4. METODOLOGIA

A metodologia da presente pesquisa busca analisar separadamente fatores considerados essenciais para a compreensão do cenário político e religioso atual da Arábia Saudita. Dentre os fatores estão: i) as reformas implementadas por MBS e seus resultados; ii) as legislações conservadoras existentes no Reino; iii) a dinâmica e atuação do *establishment* religioso dentro do aparato estatal; iv) os impactos das reformas sobre a relação entre o Estado e o *establishment* religioso; v) as vozes de oposição contra a elite governante entre o corpo eclesiástico; vi) a repercussão internacional das reformas.

Após a análise individual de cada variável, espera-se obter um panorama completo das transformações pelas quais passa o país e, assim, ser capaz de responder à pergunta central levantada pela pesquisa.

4.1. AS REFORMAS DE MSB

Em 2016, antes de ser oficialmente nomeado príncipe herdeiro, MBS lançou um plano de reformas sociais e econômicas que serviria para expressar as metas de longo-prazo da Arábia Saudita e guiar o país nos próximos 14 anos - o Vision 2030. O projeto ambicioso foi dividido em três pilares intitulados: i) Sociedade Vibrante; ii) Economia Próspera; iii) Nação Ambiciosa.

O primeiro pilar “[...] é o nosso [Arábia Saudita] status como o coração dos mundos Árabe e Islâmico [...]” (VISION 2030, 2016, p.6, tradução nossa). A partir desse pressuposto, MBS estabeleceu como meta a promoção de melhores padrões de vida para os sauditas, através da construção de um futuro que incorpore e desenvolva a história e cultura da nação. Na prática, foram realizadas melhorias para receber os milhões de fiéis que peregrinam à

Meca todos os anos para realizar o *Hajj*¹² e o *Umrah*¹³, assim como reformas de incentivo à cultura, ao entretenimento, aos esportes, à habitação e à saúde. Alguns exemplos de ações tomadas dentro deste pilar são: i) a facilitação do processo de obtenção de vistos para peregrinos através do meio digital, que reduziu de 14 dias para 5 minutos o tempo de espera pelo documento; ii) a abertura dos primeiros cinemas no país após 35 anos de proibição; iii) a organização de mais de dois mil eventos culturais entre 2016 e 2020, que contaram com a presença de mais de 46 milhões (quarenta e seis milhões) de visitantes e fomentaram o turismo. Mais exemplos foram coletados para o fim da pesquisa e são apresentados no Quadro 1.

O segundo pilar, como descrito pelo próprio príncipe herdeiro, representa a visão e determinação do Reino em tornar-se um poderoso centro de investimentos globais (VISION 2030, 2016). Com este fim, o plano *Vision 2030* apresentou diversas metas para impulsionar a economia, como a inclusão de um maior número de mulheres na força de trabalho, o crescimento dos ativos do Fundo de Investimento Público e o aumento da participação de médias e pequenas empresas no PIB nacional. O governo também apresentou propostas para o desenvolvimento do sistema educacional, a fim de desenvolver as habilidades da força de trabalho do país. Algumas das principais reformas realizadas dentro deste pilar foram: i) o lançamento de um website para a divulgação de oportunidades de investimento estrangeiro e aumento da captação do mesmo; ii) a criação de programas de treinamento em questões contemporâneas para juízes; iii) incentivo à inclusão de mulheres no mercado de trabalho, cuja participação aumentou em 12,2% entre 2019 e 2021. Outros exemplos de reforma dentro desse pilar estão descritos no Quadro 1.

Por fim, o terceiro pilar trata sobre a transformação da localização privilegiada do Reino em um núcleo global, que conectaria os continentes da Ásia, Europa e África e o colocaria no epicentro do comércio internacional (VISION 2030, 2016). Na prática, o país determinou como metas o aumento da eficácia governamental e o incentivo à responsabilidade social. Dentro do terceiro pilar, algumas das principais reformas foram: i) o lançamento de uma plataforma nacional de doações; ii) a reformulação do sistema laboral para excluir artigos que pudessem incentivar a discriminação da mulher; iii) a mensuração da

¹² Palavra árabe para peregrinação, e determina um dos pilares da religião Islâmica - a peregrinação obrigatória para Meca de todos os muçulmanos com condições físicas e financeiras de fazê-lo pelo menos uma vez de acordo com o calendário Islâmico.

¹³ Peregrinação à Caaba recomendável a todos os muçulmanos. Pode ser realizada em qualquer período do ano e não é obrigatória.

performance de agências públicas, incluindo ministérios, agências governamentais e fundos para agregar mais transparência aos processos políticos e diminuir a corrupção. Outros exemplos de reformas tomadas dentro deste pilar estão apresentadas no Quadro 1 abaixo.

Quadro 1: Reformas implementadas pelo Reino da Arábia Saudita no âmbito do Programa Vision 2030 (2016-2022)

Pilares	Objetivos	Reformas	Principais resultados
Economia Próspera	Economia	Assinatura de acordos com empresas logísticas para a criação de uma zona inteligente no Porto Islâmico de Gidá	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da contribuição de pequenas e médias empresas para o PIB (de 20% para 29%) • Aumento da captação de investimento estrangeiro direto em mais de 100% nos setores da saúde, educação, mídia e varejo • Crescimento de 122% da receita gerada por atividades não relacionadas ao petróleo • Garantia de maior proteção aos investimentos feitos no Reino
		Aprovação do documento de fundamentos para a política de investimentos	
		Criação de dez entidades governamentais para incentivar o comércio e o investimento	
		Lançamento do portal e corpo nacional "Invest Saudi" para a atração de investimento estrangeiro	
		Aprovação da legislação para E-Commerces	
		Adesão a índices globais (MSCI, Standard & Poor's Dow Jones e FTSE Russel) para mercados emergentes	
	Educação	Criação do programa de treinamento sobre temas contemporâneos para juízes	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento de 120% nas publicações científicas • Nomeação da primeira cidade de aprendizado global do Reino pela UNESCO • Aumento de 10% das inscrições ao jardim de infância
		Lançamento do diploma legal	
		Inauguração do Centro de Formação Judicial	
		Exoneração de professores simpatizantes à Irmandade Muçulmana	
		Reformulação do currículo escolar	
		Apontamento de novo reitor para a Universidade Islâmica de Muhammad bin Saud	

	Empoderamento	Treinamentos de liderança para mulheres	<ul style="list-style-type: none"> • Crescimento do número de mulheres donas de SMEs em 16% • Aumento da participação de mulheres no mercado de trabalho em 12,2%
		Apoio a pequenas empresas lideradas por mulheres	
Nação Ambiciosa	Burocracia	Apontamento de um novo Ministro para o Ministério de Assuntos Islâmicos	<ul style="list-style-type: none"> • Liderança com visões sociais mais moderadas no Ministério dos Assuntos Islâmicos
		Reconstituição do Conselho de Eruditos Sênior	
		Estabelecimento de um novo sistema de contratação de imãs	
	Economia	Lançamento do primeiro Projeto de Fundos de Dotação	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do número de voluntários no Reino em 18 vezes • Aumento da contribuição dos setores sem fins lucrativos para o PIB
		Estabelecimento do <i>The General Authority of Islamic Affairs and Endowments (GIAAE)</i>	
		Criação de órgão focado no investimento de dotações	
		Lançamento do sistema de privatização	
			Lançamento da Plataforma Nacional de Doações
	Empoderamento	Reforma da legislação laboral para proibir a discriminação baseada em gênero no mercado de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da porcentagem de mulheres no mercado de trabalho • Legislação laboral menos discriminatória contra mulheres no mercado de trabalho
		Igualização das idades de aposentadoria para homens e mulheres	
Obrigatoriedade do pagamento de créditos de			

		<p>pensão para licença maternidade</p> <p>Proibição da discriminação baseada em gênero no acesso à crédito</p>	<ul style="list-style-type: none"> • 7.782 mil mulheres entraram no setor da construção em 2020 (onde o emprego de mulheres era previamente proibido)
	Transparência	Mensuração da performance de agências públicas, incluindo ministérios, agências governamentais e fundos	<ul style="list-style-type: none"> • Avanço no Índice de Percepção da Corrupção, da 57ª para a 52ª posição
Sociedade Vibrante	Social	Criação do Ministério da Cultura	<ul style="list-style-type: none"> • Ranqueamento em 1º lugar entre os países Árabes no índice de Felicidade da ONU
		Facilitação do acesso à literatura estrangeira	
		Abertura do Centro Global para a Cultura	
	Economia digital	Facilitação do processo de obtenção de visto para peregrinos através de tecnologias	<ul style="list-style-type: none"> • Diminuição do tempo de obtenção de visto de 14 dias para cinco minutos
	Entretenimento	Abertura do primeiro cinema em 35 anos	<ul style="list-style-type: none"> • 33 cinemas construídos em 12 cidades • Aumento das oportunidades profissionais no setor de cultura
		Construção de 123 centros de entretenimento	
		Promoção do programa cultural "Art-wise Sojourn... at Al-Ballad"	
		Promoção do festival de cinema	
	Empoderamento	Permissão às mulheres dirigirem	<ul style="list-style-type: none"> • Recorde no número de participantes femininas sauditas no Torneio Árabe de Esportes para mulheres • 174 mil carteiras de motorista emitidas para mulheres entre 2018 e 2021
		Permissão às mulheres viajarem sozinhas	
Permissão às mulheres de morarem sozinhas sem necessidade de aprovação de um guardião homem			
Criação da primeira liga de futebol feminina			
Alocação de robôs para a emissão de Fatwas em áreas femininas de oração			

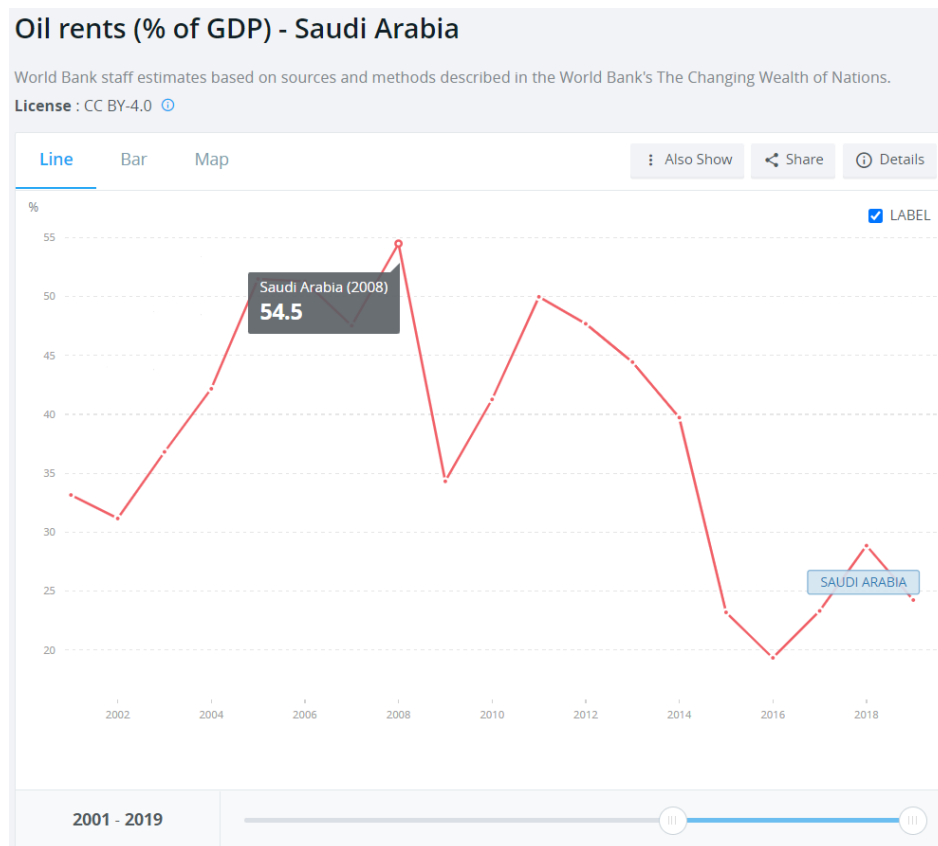
	Segurança	Proibição da realização de prisões pela polícia religiosa (Comissão para a Promoção da Virtude e Prevenção do Vício)	<ul style="list-style-type: none"> • A polícia religiosa passou a reportar violações para oficiais da polícia regular
	Turismo	Organização de mais de dois mil eventos culturais	<ul style="list-style-type: none"> • Atração de 46 milhões de visitantes a eventos culturais no Reino

Fonte: De autoria própria.

É notável que a monarquia saudita está trabalhando ativamente a fim de consolidar sua visão para o futuro do país. Com as reformas e resultados expostos no Quadro 1, percebe-se que houve uma intensa reestruturação no país, principalmente dos setores da economia e cultura, onde foram feitas diversas mudanças com o objetivo de tornar o país mais atrativo para o investimento e o turismo internacional.

A diversificação da economia é uma das maiores preocupações da Casa de Saud para o futuro, considerando que o país é altamente dependente da renda gerada pela exportação de uma única commodity, o petróleo, que foi responsável por 24.2% do PIB da Arábia Saudita em 2019, uma queda de 30,3% se comparado ao ano de 2018, de acordo com os dados do Banco Mundial (ver figura 2). As petrolíferas foram essenciais para o desenvolvimento do país e consolidação do poder monárquico, no entanto, cada vez mais países manifestam interesse em trocar essa fonte energética por outras mais sustentáveis em um futuro próximo, assim, a assimilação de outros meios de geração de renda tornou-se um assunto de urgência para o Reino.

Figura 2: Rendas resultantes do petróleo (% do PIB)



Fonte: Banco Mundial.

Quanto às estruturas governamentais, elas estão sendo centralizadas e remodeladas, e a doutrina religiosa não é mais completamente sujeita aos ensinamentos de Muhammad ibn abd al-Wahhab, ou qualquer outra escola de pensamento Islâmico em particular, como afirmou o Príncipe Herdeiro em discurso (ARAB NEWS, 2021). Ao analisar-se o material proporcionado pelo governo sobre o programa *Vision 2030*, a sensação é de otimismo quanto ao futuro e a esperança de desenvolvimento de uma nação mais inclusiva e tolerante, no entanto, de acordo com a acadêmica Yasmine Farouk (2021):

A maioria dessas mudanças são ajustes técnicos, redistribuição de tarefas, ou modificações em padrões de nomeações. A retórica e o tom também estão se alterando de maneiras que sugerem que movimentos mais radicais podem acontecer em algum ponto [...] E porque essas alterações causam a re-configuração, ao invés do re-projetamento, elas podem ser reversíveis, ou podem simplesmente ser o próprio fim em si mesmas. (FAROUK, 2021, n.p, tradução nossa).

Assim, irei analisar a seguir algumas ações, legislações e estruturas conservadoras, que, apesar das reformas, ainda são adotadas no país pela Casa de Saud. O objetivo é examinar a afirmação da autora, de que estruturas religiosas de longa data não sofreram

alterações significativas no Reino, e, aparentemente, estão imunes aos processos reformatórios através de suas habilidades em adaptar-se aos desafios existenciais, ao menos pelo momento (FAROUK, 2021).

4.2 CONSERVADORISMO NA ARÁBIA SAUDITA DE MBS

A pauta dominante no discurso político atual da Arábia Saudita é o progresso e a modernização do país. Pouco, ou nada, é falado oficialmente sobre a conservação de estruturas políticas e religiosas históricas, no entanto, esta é uma realidade. Presumidamente, entidades de grande renome e influência, como o Conselho de Eruditos Sênior e o Ministério dos Assuntos Islâmicos, seriam profundamente afetadas e até ameaçadas pelo programa de reestruturação religiosa proposto pela monarquia saudita, no entanto, não é possível perceber sinais de grandes mudanças, e uma das mais notáveis e fortes representações do papel oficial do *establishment* religioso Wahhabi no Reino, o judiciário, continua amparado pelas leis da sharia (FAROUK, 2021).

No âmbito do programa de reestruturação religiosa implementado por MBS, foram realizadas ações significativas, como a limitação da atuação da polícia religiosa, a nomeação de novos membros com visões moderadas do Islã para o Conselho de Eruditos Sênior, a tentativa de afastamento da história oficial saudita do Wahhabismo e a reestruturação do poder judiciário, com a criação de novos treinamentos para juízes, a nomeação de novos membros para as Cortes da *sharia* e a codificação de parte, ainda mínima, do sistema legal saudita.

As cortes sauditas são formadas por juízes capacitados primariamente nas leis Islâmicas, não como em outros países muçulmanos mais moderados, nos códigos de leis estatais. Com as reformas, novos corpos judiciais foram acrescentados, novas leis foram escritas e antigas reformuladas, no entanto, a base do sistema legal, a sharia, permaneceu inalterada, “[...] resistindo à tendência regional de modelos judiciais embasados em leis civis e códigos legais que concedem jurisdição limitada e residual para a sharia Islâmica, não o contrário.” (FAROUK, 2021, n.p, tradução nossa).

Portanto, no âmbito da presente pesquisa, foram analisados nove estatutos, legislações e regulamentos legais, a fim de observar a presença de artigos que referenciam uma interpretação conservadora da sharia e limitam a liberdade de expressão, acesso à informação e exercício da cidadania pelos sauditas, além de reforçarem, legalmente, às visões do *establishment* religioso Wahhabi.

4.2.1 Regulamento de Decência Pública

A legislação referente à decência pública foi publicada em 2019, após a implementação do programa de reformas *Vision 2030* e nomeação de Mohammad bin Salman para o cargo de príncipe herdeiro. Possui como objetivo preservar o gosto público, que é definido como conjunto de comportamentos que expressam os valores, princípios e identidades da sociedade saudita.

O regulamento estabelece a proibição da utilização de vestimentas “indecentes”, ou com imagens, formas, sinais ou expressões que ofendam o gosto público. Não define, no entanto, os conceitos de indecência e gosto público. Ademais, proíbe indivíduos de praticarem o ato de escrever ou desenhar em paredes ou superfícies de locais públicos e de falar ou agir de forma a prejudicar ou intimidar os visitantes de tais lugares.

4.2.2 Legislação Base para a Instituição de Imprensa

Legislação de 2001, permanece vigente e possui a finalidade de regulamentar a abertura de empresas de imprensa privadas e estabelecer regras para a sua existência no país. Seus artigos determinam que a imprensa obtenha uma licença do Primeiro Ministro (atualmente o Rei do país) antes de se estabelecer, para isso, deve informar o nome da instituição, tipo de publicações que irá noticiar, idioma(s) dos editoriais, local de sede e quaisquer outros dados adicionais que possam ser solicitados pelo Primeiro Ministro.

Ademais, fica estabelecido que os membros da empresa devem ser cidadãos sauditas e serão destituídos de suas posições caso sejam condenados por crimes que violem a religião, honra ou confiança.

4.2.3 Legislação Base sobre Transmissões

O objetivo dessa legislação é regulamentar a rádio saudita, conhecida como *Saudi Broadcasting Corporation*. Determina-se que sua missão é difundir os ensinamentos Islâmicos nacional e internacionalmente, trabalhar para alcançar a ideia Islâmica de unidade do mundo muçulmano e preservar o sentimento de amizade e cooperação nacional entre todos os países árabes e Islâmicos. A fim de facilitar sua missão, é estabelecido por lei que todas as entidades governamentais e não governamentais devem facilitar a radiodifusão e fornecer à instituição todos os meios de cooperação necessários. Ademais, fica expressamente proibida a transmissão de qualquer material que contraste com o Livro de Deus e a Sunnah do Profeta,

prejudique os interesses e a unidade árabe, cause divisão entre o mundo Islâmico e/ou expresse opiniões (seja de apoio ou condenação) sobre blocos internacionais.

4.2.4 Regras Regulamentares sobre Publicidade e Painéis de Propaganda

A Legislação visa regulamentar as peças de publicidade expostas no Reino, determinando que qualquer anúncio deve estar em harmonia com os costumes e tradições do país e com o “bom gosto”. As imagens e escritos contidos nos anúncios devem estar sempre dentro do espectro da etiqueta Islâmica.

4.2.5 Lei dos Imãs, Muezzins e Servos das Mesquitas

A lei estabelece critérios para a contratação e permanência nos cargos religiosos de Imãs, Muezzins e Servos. A nomeação para estes cargos é feita por decisão do Ministro do Hajj e Umrah ou de seu representante, e podem ser nomeados aqueles que ocupam funções públicas, podendo manter as duas posições.

4.2.6 Estatuto da Acadêmia Fiqh

A acadêmia Fiqh é uma organização acadêmica que possui personalidade legal. Seus membros são juristas e acadêmicos muçulmanos e sua função é analisar e esclarecer as leis da *sharia* em assuntos considerados chave para os muçulmanos. A instituição emite diversas resoluções, que ganham grande notoriedade devido a autoridade e reputação da acadêmia no meio sunita.

O estatuto da Acadêmia a reconhece como um órgão científico jurisprudencial, dotado de personalidade jurídica. Define como sua missão o aprofundamento do orgulho pela identidade Islâmica, fomentando os seus valores e propósitos, e o incentivo à pesquisa científica no ramo da jurisprudência Islâmica. Para cumprir sua missão, a instituição é habilitada a emitir *fatwas* públicas e o seu presidente possui o grau de ministro.

4.2.7 Lei sobre a jurisdição da *sharia*

A lei determina que todos os funcionários de órgão religiosos do Reino estejam vinculados ao chefe de justiça. Este é responsável por auditar as decisões da *sharia* e as *fatwas* emitidas por terceiros, assim como dar tratamento especial para aquelas que tratam sobre interesses governamentais. Ainda, o chefe de justiça deverá encaminhar referendos recebidos de cidadãos sauditas a acadêmicos e juizes de sua escolha.

A jurisdição da *sharia* se estende a diversos âmbitos, entre eles o mercado de trabalho, já que as leis do trabalho apenas se aplicam caso o empregador e o trabalhador cumpram os requisitos das disposições da *sharia* Islâmica.

4.2.8 Lei de Proteção Contra o Abuso

A lei caracteriza como abuso físico, psicológico ou sexual apenas os casos onde o agressor ultrapassa os limites de sua jurisdição, autoridade ou responsabilidade. Ao lidar com casos de abuso, é estipulado que o Ministério tome medidas que não resultem em danos mais graves à vítima ou que afetem sua família ou condição de vida, com prioridade para medidas de orientação e prevenção, em detrimento a deliberações punitivas contra o agressor.

Caso a medida adotada seja punitiva, o agressor não será punido com prisão por um período maior que um ano, salvo em casos específicos, onde a pena não deve ultrapassar cinco anos de prisão. Em países como o Japão, Argentina, Índia e Brasil, a pena pode chegar a mais de 10 anos.

4.2.9 Lei Anti-Assédio

A lei determina que o indivíduo que cometeu assédio seja punido com até um ano de prisão e multa, salvo em casos nos quais: i) a vítima for criança ou tiver necessidades especiais; ii) o infrator tiver autoridade direta ou indireta sobre a vítima; ii) o crime tiver ocorrido em local de trabalho, estudo, abrigo ou cuidados; iii) o agressor e a vítima forem do mesmo sexo; iv) a vítima estiver dormindo ou inconsciente; v) o crime tenha ocorrido em meio a alguma crise, desastre ou acidente.

Nos casos listados acima, a punição máxima ao agressor sobe para 5 anos, período ainda inexpressivo considerando a gravidade do crime.

Considerando as legislações expostas acima, percebe-se que as estruturas das leis sauditas foram pouco alteradas, permanecendo amplamente embasadas na *sharia* Islâmica. O poder judiciário é a instituição que orienta e regula todos os outros órgãos religiosos do Reino, impossibilitando a existência de leis seculares, ou meramente políticas, e fazendo com que todas as leis nacionais possuam também caráter religioso. Assim, o descumprimento das regras pelo cidadão saudita não é apenas um crime contra o Estado, é também um crime contra Deus, o Profeta e a moral Islâmica, já que supostamente todos estes elementos estão representados pela lei.

Ficam claros nas leis expostas mecanismos de propagação do Islã e a interposição entre o político e o religioso. As autoridades máximas das mesquitas muçulmanas, por exemplo, podem ser também autoridades políticas, as instituições de imprensa privadas e a rádio nacional não devem violar os princípios e morais religiosos, os materiais de propaganda devem levar em conta a etiqueta Islâmica e os valores e costumes muçulmanos devem ser respeitados em todos os ambientes públicos sob pena de multa. Aos ministros nomeados pela Casa de Saud cabe aprovar as pautas a serem abordadas por novas empresas jornalísticas, auditar as *fatwas*, decisões legais e referendos e aprovar a nomeação de Imãs.

Pouco espaço têm-se para a liberdade de expressão em meio a centralização e poder absoluto do Estado e a mudança de alguns artigos e legislações específicas não irá alterar este equilíbrio despótico. A máxima da estratégia ambígua utilizada por MBS é representada pelo Regulamento para a Preservação da Decência Pública, que criou novas regras para gerenciar o excesso da rápida liberalização social causada pela restrição da autoridade da polícia religiosa (FAROUK, 2021).

4.3 O PAPEL DO *ESTABLISHMENT* RELIGIOSO DENTRO DO APARATO ESTATAL

Farouk (2021) determina dois tipos de uso político das instituições religiosas pela Casa de Saud: i) a construção da identidade religiosa do país; ii) a operacionalização da construção da identidade religiosa do país. A fim de cumprir estas duas funções, foram estabelecidos vários órgão governamentais que formam o *establishment* religiosos. Dentre eles, ao Conselho de Eruditos Sênior e ao Ministério dos Assuntos Islâmicos cabe a primeira meta, enquanto ao Ministério da Justiça, Comitê para a Promoção da Virtude e Prevenção do Vício, Ministério da Educação e entidades de caridade Islâmica cabe a segunda. A relação entre os grupos de órgão religiosos e o Príncipe Herdeiro está exposta abaixo na Figura 3.

Figura 3: Hierarquia das organizações religiosas dentro do aparato estatal



Fonte: De autoria própria.

Percebe-se que, em teoria, a autoridade política deveria passar pelo primeiro grupo antes de impor qualquer narrativa religiosa nova através de ações diretas, no entanto, na prática, a realeza frequentemente opta por recorrer diretamente ao segundo grupo para evitar o confronto direto e a resistência do primeiro grupo de instituições (FAROUK, 2021).

O Conselho e o Ministério de Assuntos Islâmicos são organizações de muita influência, que seguem a abordagem Islâmica dominante Wahhabi no cumprimento de suas funções. Tal abordagem prevê que seus papéis são o de aconselhar discretamente e apoiar a autoridade política, não discernir o interesse do público ou ditar regras para o governante, mas sim interpretar os ensinamentos do Profeta a partir das demandas que envolvem liderar uma sociedade religiosa (FAROUK, 2021). Os próprios regulamentos do Conselho determinam que sua tarefa é aconselhar a liderança política quando solicitado, e as interpretações divergem quanto ao papel da autoridade religiosa em tomar a iniciativa de aconselhar os governantes do Reino. Saleh Al-Fawzan, um dos mais renomados estudiosos do Islã na Arábia Saudita depois do Grande Mufti, até mesmo emitiu uma *fatwa* em reprovação ao aconselhamento público dos governantes por líderes religiosos, determinando que, se não

pudesse aconselhá-los em particular, deveriam manter-se em silêncio, e Deus e o Profeta ficariam satisfeitos com a sua discricção.

O poder judiciário foi historicamente concedido ao *establishment* religioso. Com isso, a Arábia Saudita nunca teve uma legislação ou uma constituição, e as decisões jurídicas são tomadas com base nas orientações da *sharia* e do Corão, que foi referido recentemente pelo Príncipe Herdeiro como a constituição do país (ASIANEWS, 2021). A falta de uma legislação escrita impossibilita a separação entre os poderes judiciário e executivo, facilitando, assim, a instrumentalização das cortes sauditas pela autoridade política, que apesar de não controlar diretamente as decisões legais tomadas no país, pode nomear representantes (geralmente membros da elite eclesiástica), para executar os seus interesses.

O Comitê para a Promoção da Virtude e Prevenção do Vício, também conhecido informalmente como a polícia religiosa, possui a função de supervisionar a conduta pública para garantir o comportamento ordeiro e virtuoso, interpretado em vista da tradição Islâmica saudita (FAROUK, 2021). Assim, o Comitê é guiado por suas próprias interpretações religiosas, que, por sua vez, refletem àquelas dos acadêmicos “oficiais” do Islã, pertencentes ao *establishment* religioso. Isso faz da instituição uma poderosa ferramenta nas mãos do Estado, que, ao controlar os posicionamentos da autoridade eclesiástica do Reino, molda também as ações da polícia religiosa.

O Ministério da Educação foi uma peça chave para propagar a visão saudita do Islã. Através de aulas de religião obrigatórias, livros escolares que enfatizam a presença e papel do fundador do Wahhabismo e professores religiosos em todos os níveis do sistema educacional saudita, a identidade Islâmica Wahhabi foi consolidada no país através de gerações de cidadãos. O Ministério e o sistema educacional saudita também foram palco das mudanças mais explícitas e confrontacionais ao *establishment* religioso. As reformas da liderança saudita deram ênfase na construção de uma identidade nacional, não meramente Islâmica, e buscaram afastar a identificação da Arábia Saudita com o Wahhabismo, para que o país pudesse ser compreendido como nação soberana (FAROUK, 2021). Ainda, de acordo com a autora, “[...] a história está sendo reescrita nos livros escolares e reconstruída através de projetos culturais para minimizar a presença e papel do fundador do Wahhabismo [...]” (FAROUK, 2021, n.p, tradução nossa). No entanto, as mudanças na educação não representam uma quebra com o passado do Reino, mas uma reformulação, na qual são enfatizados componentes não Islâmicos da identidade nacional saudita, ao mesmo tempo respeitando-se a religião e o seu lugar no sistema educacional do país.

Ademais, vale destacar a Liga Mundial Islâmica e as Instituições de Caridade Islâmicas como importantes instrumentos estatais para a implementação da visão Islâmica oficial. A primeira é responsável por estruturar a imagem internacional do Islamismo saudita e seu secretário geral, al-Issa, é um grande aliado do Príncipe Herdeiro, tendo sido também nomeado ao Conselho de Eruditos Sênior e ao cargo de conselheiro da corte real. Sob a liderança de al-Issa, a Liga desenvolveu um papel ativo de defensora da atual abordagem oficial a questões religiosas (FAROUK, 2021). As Instituições de Caridade Islâmicas, por sua vez, são responsáveis por financiar o *establishment* religioso e seus deveres políticos “sagrados”. De acordo com a autora, as reformas¹⁴ feitas pelo Estado nas Instituições objetivam regular as finanças do corpo eclesiástico saudita e subjugar-las à ordem pública. Assim, a autoridade política assume para si o controle dos fundos religiosos e se assegura de que sejam gastos em políticas que vão além da esfera religiosa.

Após expor os mais importantes instrumentos religiosos estatais, as principais reformas implementadas por MBS no âmbito do programa *Vision 2030* e a manutenção do caráter conservador e religioso do judiciário, baseado nas leis da sharia, pretendo analisar a influência das variáveis independentes nas relações entre a Casa de Saud e o *establishment* religioso, na opinião pública de camadas chave da população e na opinião internacional.

4.4 O IMPACTO DAS REFORMAS NO *ESTABLISHMENT* RELIGIOSO

Desde a entrada no poder de MBS, as instituições religiosas têm sofrido graduais alterações a fim de harmonizar sua atuação a de outros corpos estatais. Estas mudanças fazem parte da estratégia nacional de centralização da autoridade política e econômica através do controle e cerceamento da autoridade e atividades religiosas e inclusão das mesmas no âmbito estatal.

Nesse contexto, uma das transformações mais marcantes foi o quase desaparecimento da polícia religiosa da vida pública. Antes um dos principais instrumentos de consolidação da visão oficial do Islã, agora o Comitê para a Promoção da Virtude e Prevenção do Vício perdeu sua capacidade de realizar prisões e deve encaminhar casos de “quebra da moral” e dos “bons costumes” Islâmicos à polícia ou ao Ministério Público. A prevenção do vício era a principal missão do Comitê, a qual cumpria assegurando que mulheres se vestissem modestamente,

¹⁴ Algumas reformas implementadas pelo Estado no âmbito das doações religiosas incluem: i) substituição do Ministro dos Assuntos Islâmicos por um corpo diretamente ligado ao Rei na função de supervisionar as doações religiosas; ii) transformação do Centro para Assistência Humanitária Rei Salman, diretamente ligado à corte real, na única instituição autorizada a coletar doações; iii) criação de órgão responsável pelo investimento de dotações.

homens e mulheres não se misturassem socialmente, lojas estivessem fechadas durante os períodos de orações e peças de arte não estivessem presentes em espaços públicos. No entanto, agora seu foco aparente é a promoção da virtude, através da distribuição de cópias do Corão, divulgação de campanhas de publicidade nas ruas etc. (FAROUK, 2021).

A saída da esfera pública de um dos órgãos mais repressores e radicais do país seguramente causou uma boa impressão internacional e passou a mensagem para o mundo de que surgia uma nova Arábia Saudita. Era de se esperar que o Comitê se mostrasse no mínimo descontente com sua nova posição dentro do aparato estatal, porém, ao menos publicamente, a instituição não apenas aceitou as mudanças, mas também as apoiou, “[...] ao proclamar as virtude sobre o ‘pertencimento e coesão nacional’ e absoluta ‘submissão aos governantes’” (FAROUK, 2021, n.p, tradução nossa).

Quanto ao Conselho de Eruditos Sênior, também foram implementadas reformas em sua estrutura pela autoridade política saudita. Em 2020, o Rei Salman reformulou o Conselho, apontando seis novos membros, entre eles al-Issa e al-Mujeb, sendo o primeiro visto como um dos mais importantes apoiadores do Príncipe Herdeiro e adepto a interpretações Islâmicas mais moderadas, porém polêmicas na sociedade saudita, principalmente em sua abordagem sobre o tratamento dos judeus. O acadêmico e também Presidente da Secretaria Geral da Liga Mundial Muçulmana participou de conversas com autoridades israelenses, tendo se comprometido a restabelecer um canal de diálogo entre o país e a comunidade judaica, ele também participou de uma visita histórica à Auschwitz para orar pelas vítimas, ato surpreendente considerando que é comum, no mundo Árabe, a negação do holocausto. Na página inicial de seu website, al-Issa advoga pela propagação do Islã moderado, promoção da paz, tolerância, amor e aceitação das diversidades políticas e religiosas. Al-Mujib é promotor público, também importante aliado de MBS, tendo causado controvérsias por sua suposta não colaboração nas investigações turcas sobre o caso de assassinato do jornalista saudita Jamal Khashoggi na Turquia em 2018. Enquanto al-Issa advoga pela tolerância, al-Mujeb exigiu a pena de morte de Salman al-Ouda, estudioso muçulmano saudita que pregava pela coexistência pacífica e foi preso por tweets “ofensivos” ao Estado. No entanto, al-Mujeb e Al-Issa possuem em comum o fato de que seus cargos foram conquistados mais por suas posições de apoio à monarquia do que por seu prestígio ou virtude religiosas, um sinal de aumento da politização do *establishment* religioso.

Apesar do aparente rebaixamento da autoridade e independência do Conselho, a instituição não mostrou descontentamento, tendo, pelo contrário, apoiado diversas ações do

governo, mesmo ao ponto de contradizer várias de suas opiniões e ações passadas. As contradições podem ser observadas em diversas áreas, principalmente em questões referentes aos direitos das mulheres. Em 2011, por exemplo, o Grand Mufti alegou que permitir que mulheres dirigissem iria resultar na mistura pública entre homens e mulheres, colocando-as em situações de risco desnecessário e resultando no caos societário. Sete anos depois, quando a classe governante do país deixou claro que estava comprometida em permitir que mulheres obtivessem carteira de motorista, a maioria dos membros do Conselho não tardou em endossar a decisão assim que foi anunciada, em outras condições, pode-se pressupor que os mesmos membros a teria reprovado. Outras inúmeras medidas de apoio do Conselho (e do *establishment* religioso em geral) ao Estado estão expostas no Quadro 2 abaixo:

Quadro 2: Medidas de apoio do *establishment* religioso às políticas estatais

Ano	Ações do Estado	Reações do <i>establishment</i> religioso	Justificativas do <i>establishment</i> religioso
2017	Emite decreto real permitindo a expedição de carteiras de motorista para mulheres	Concede selo de aprovação ao decreto real	Os pareceres consultivos dos acadêmicos focaram nas virtudes e vícios e não no ato de dirigir em si, que é um direito absoluto do qual ninguém deveria ser privado.
2017	Advoga pela tolerância religiosa	Emite fatwa permitindo que muçulmanos orem em mosques xiitas ou sufistas, igrejas ou sinagogas	Os muçulmanos devem seguir a tradição de tolerância do Profeta para com pessoas de diferentes religiões
2017	Expande direitos das mulheres	Emite fatwa permitindo que mulheres celebrem matrimônios	Não há nenhum obstáculo legal que impeça as mulheres de solenizar matrimônios
2017	Lidera boicote contra o Estado do Catar	Aprova a decisão de boicote	O boicote é de interesse para os muçulmanos é um benefício para o futuro dos próprios catarianos
2017	Acusa o Catar de apoiar a Irmandade Muçulmana	Condena os movimentos políticos do Islã, com destaque para a Irmandade muçulmana	A abordagem da Irmandade vai contra o Estado e o movimento não possui interesse na fé ou na sunnah do profeta
2017	Inclui a União Mundial de Estudiosos Muçulmanos na	Alerta sobre participar da União Mundial de Estudiosos Muçulmanos	A instituição foi formada a partir de ideias partidárias e incita conflitos internos

	lista de organizações terroristas		em países Árabes e Islâmicos
2018	Emite decreto real tornando o Grande Mufti responsável por emitir Certificados Halal ¹⁵	Emite <i>fatwa</i> alegando que a única autoridade responsável por certificar produtos importados abatidos é o Grande Mufti	O Grande Mufti representa a mais antiga organização Islâmica no campo de Certificados Halal e alimentos
2018	Advoga pela moderação religiosa	Emite fatwa permitindo as celebrações de dia dos namorados	Celebrações sociais como o dia dos namorados não são questões religiosas, portanto, não precisam de aprovação religiosa para serem permitidas
2018	Expande direitos das mulheres	Alega que mulheres não devem ser forçadas a usarem a abaya	Mais de 90% das mulheres no mundo muçulmano não vestem abayas, portanto, o Conselho não deveria forçá-las a fazê-lo
2020	Suspende o Umrah durante a pandemia	Elogia a medida	As medidas preventivas tomadas pelo Estado foram compatíveis à sharia
2020	Designa oficialmente a Irmandade Muçulmana como organização terrorista	Emite declaração reconhecendo a Irmandade Muçulmana como grupo terrorista	A Irmandade não representa uma interpretação do Islã, mas sim a intenção de obter poder
2021	Aprova lei de evidência	Celebra o desenvolvimento do poder judicial	A lei reflete a vontade do Reino em desenvolver seu judiciário, alinhando-o aos métodos e práticas globais
2022	Apresenta fórum para acadêmicos do Iêmen	Declara interesse em apoiar os esforços dos acadêmicos do Iêmen para conduzir seu ativismo	Os acadêmicos do Iêmen possuem um papel importante nos desafios enfrentados por seu país e responsabilidade com seus compatriotas de ajudar no alcance da estabilidade e da paz
2017	Proíbe polícia religiosa de realizar prisões	Apoia a decisão	A submissão ao governante, o pertencimento e a coesão nacional são importantes

¹⁵ O Certificado Halal atesta que empresas, processos e/ou produtos seguem requisitos legais baseados na *sharia* (SISCOMEX, 2022). O objetivo da certificação é que o muçulmano possa adquirir produtos e realizar negociações com empresas que respeitem a lei Islâmica.

			virtudes para os muçulmanos
2022	Enfatiza o desenvolvimento do país baseado na estrutura do Vision 2030	Elogia o Príncipe Herdeiro por sua ênfase no desenvolvimento do país	O povo saudita está unido a sua liderança a fim colocar o Reino entre os líderes globais

Fonte: De autoria própria.

Através do Quadro exposto, é perceptível a coordenação entre significativas ações da liderança política saudita e as reações da autoridade religiosa, mostrando o apoio do corpo eclesiástico às reformas de MBS, mesmo em questões que seriam contrárias às suas interpretações do Islã passadas, como é o caso da celebração de dia dos namorados e a realização de orações muçulmanas em igrejas e sinagogas. É igualmente notável que o *establishment* ainda possua um papel de grande importância na legitimação de políticas e ações estatais - o caso mais representativo é a suposta obtenção de uma *fatwa* por MBS, endossando o assassinato extrajudicial de um de seus críticos, Dr. Saad, que encontrava-se refugiado no Canadá. O assassinato nunca veio a ocorrer e a vítima apresentou um processo junto à corte estadunidense, no entanto, que o Príncipe Herdeiro tenha buscado a sanção religiosa para um ato claramente ilegal demonstra a importância da aprovação da autoridade religiosa saudita para os seus planos de governo, mesmo que esta seja simbólica e coergida.

Presumivelmente, apesar das reestruturações religiosas que têm sido implementadas, as relações entre a monarquia e o *establishment* religioso não foram afetadas, ao menos abertamente, e o Príncipe Herdeiro dá continuidade a uma política secular de instrumentalização da religião para alcance de objetivos políticos, como a centralização estatal e a consolidação de poder. No entanto, algumas vozes advindas da elite eclesiástica e da sociedade saudita, tímida e indiretamente, opuseram-se a medidas que consideram antagônicas à “verdadeira” interpretação do Islã. Elas merecem destaque e serão abordadas no próximo tópico.

4.5 VOZES DE OPOSIÇÃO

As relações entre a elite governante e o *establishment* religioso não foram aparentemente afetadas pelas reformas de MBS e o corpo eclesiástico manteu-se fiel à abordagem Wahhabi oficial de que o seu papel é aconselhar discretamente o Estado e apoiar o governante Islâmico, oferecendo conselhos apenas quando solicitado (FAROUK, 2021). No

entanto, a oposição discreta de alguns membros do *establishment* às mudanças de direção do país vale nota, talvez a mais significativa sendo a do Grande Mufti, líder do Conselho de Eruditos Sênior e maior autoridade Islâmica do país.

Abdulaziz bin Abdullah Al-Sheikh pertence a linhagem do fundador do Wahhabismo, Mohammed ibn Abdul Wahhab, e ao ocupar a posição de Grande Mufti da Arábia Saudita, manteve uma longa tradição de controle dos sistemas religioso e judiciário por membros da família do fundador. O cargo de Grande Mufti é a mais alta posição de autoridade religiosa no Reino e seu incumbente possui também a ocupação de presidente do Conselho de Eruditos Sênior. Abdulaziz Al-Sheikh é um forte adepto da visão conservadora do Wahhabismo, tendo emitido opiniões legais sobre o caráter maligno e mentiroso do Twitter, classificado o ato de passar no farol vermelho como um grande pecado e relacionado o xadrez a uma “obra do diabo”.

Sua posição é de grande importância instrumental para a classe governante, sendo assim, é esperado que se manifeste em apoio das políticas e ações estatais, a fim de lhes conceder legitimidade religiosa. No geral, o Mufti têm cumprido bem este papel, apenas em 2017 emitiu “[...] mais de oito *fatwas* e declarações alertando sobre os perigos da desobediência ao governante legítimo, e pregando as virtudes da fidelidade ao atual governante - estimulando ainda mais a autoridade religiosa da monarquia.” (ALAOUDH, 2018, n.p, tradução nossa). Não obstante, recentemente foi possível notar o embate discreto entre suas opiniões conservadoras e a nova abordagem progressista da monarquia. Em janeiro de 2017, por exemplo, o clérigo alertou sobre a “depravação” dos cinemas e sua influência na corrupção moral, onze meses depois o governo saudita permitiu a abertura de cinemas comerciais após 35 anos de embargo. O Grande Mufti também destoou do novo discurso estatal de tolerância e união entre os muçulmanos ao declarar que xiitas e iranianos, em especial, não são muçulmanos. Com isso, surgiram alegações de que o Rei saudita teria dispensado pessoalmente o clérigo de sua função de liderar o tradicional sermão *Arafat*¹⁶ durante o *Hajj*, um indicativo sobre como a Casa de Saud lidaria com abordagens contrárias à adotada oficialmente pelo Estado.

As respostas da classe governante para manifestações contrárias de fora do *establishment* religioso foram ainda mais duras, muitas culminando com a prisão do manifestante. Foi o caso do ativista Mustafa al-Hasan, preso em 2017 junto a outros intelectuais e figuras públicas por reivindicar a reforma política e religiosa do país. O

¹⁶ Sermão que marca o fim do período de peregrinação do *hajj*.

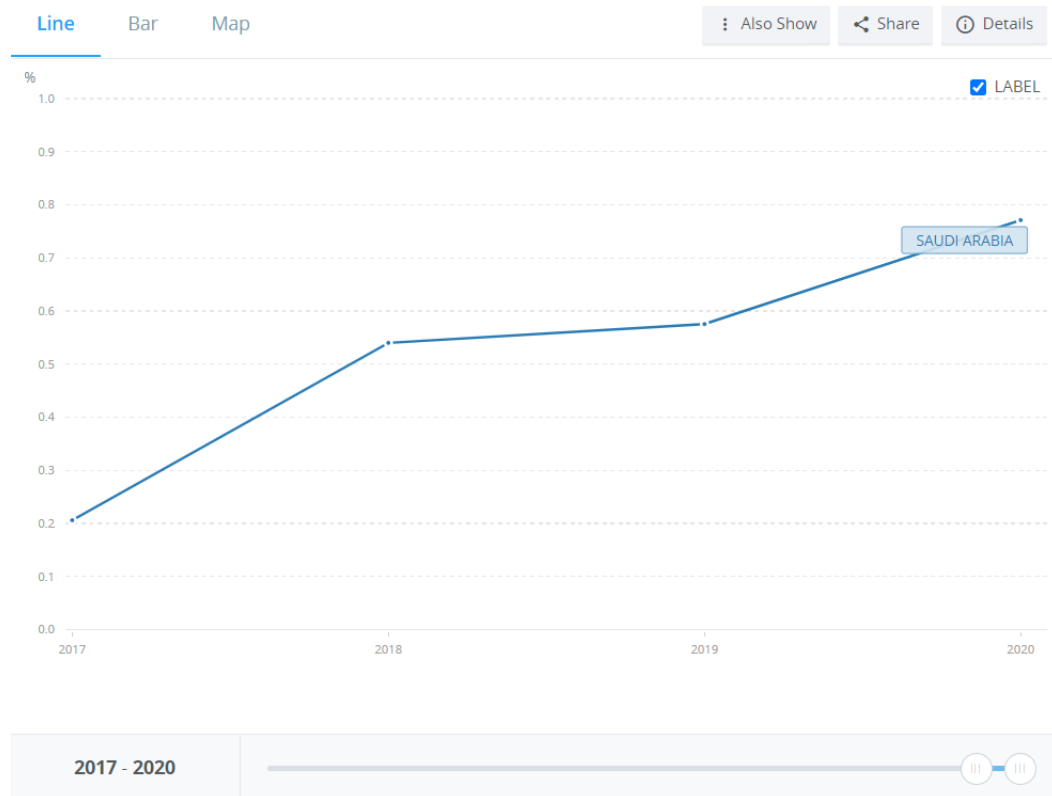
Professor da Lei Islâmica, al-Muqbel, foi preso dois anos depois por realizar críticas sobre a recém-estabelecida autoridade de entretenimento, acusando-a de ameaçar a identidade do país. Semanas antes do fim da proibição da emissão de carteira de motorista para mulheres, proeminentes ativistas dos direitos das mulheres também foram presas sob alegações de traição ao Estado, muitas foram detidas sem acusação formal. Os exemplos são diversos e mostram que, apesar de seu discurso a favor da tolerância religiosa, a monarquia não está aberta a críticas. De acordo com Abdullah Alaoudh:

As prisões parecem atingir vozes religiosas moderadas que adotaram a mudança democrática e ameaçaram quebrar o monopólio estatal sobre o discurso religioso, o qual foi solidificado quando o falecido Rei Abdullah bin Abdulaziz Al Saud emitiu um decreto real em 2010, que transformou o Estado Conselho de Eruditos Seniors, patrocinado pelo estado, na única instituição com permissão para emitir *fatwas* públicas. (ALAOUDH, 2018, n.p, tradução nossa).

4.6 REPERCUSSÃO INTERNACIONAL

Dois dos principais objetivos do programa de reformas de MBS são a diversificação da economia e o aumento do investimento global para que represente 5.7% do PIB do país até 2030. O Reino possui um longo caminho a percorrer a fim de alcançar sua meta de longo prazo, ainda mais considerando que, apesar de seu crescimento, o investimento direto externo representava apenas 0.8% do PIB nacional em 2020 (ver figura 4). Ciente dos desafios, o Estado tem realizado mudanças para ganhar a confiança dos investidores quanto ao futuro do país e integrar-se cada vez mais ao mercado internacional.

Figura 4: Investimento direto externo (% do PIB)



Fonte: Banco Mundial.

A fim de verificar a efetividade das reformas na melhora da imagem internacional da Arábia Saudita, é necessário analisar a repercussão internacional das transformações. Tal análise foi feita por meio da análise de notícias da mídia internacional sobre as mudanças no país e o exame da posição do Reino nos principais índices e rankings internacionais, para verificar se houveram alterações desde a entrada de MBS no poder.

4.6.1 Principais índices e rankings globais

Métricas e rankings elaborados por órgãos globais possuem grande importância na formação da imagem internacional de um país e em sua capacidade de atrair investimento externo. Assim, a Arábia Saudita empenhou valiosos esforços para melhorar sua posição em rankings globais e ampliar seus índices de desenvolvimento.

Na tabela 1 abaixo são apresentadas algumas das métricas chave para verificar a evolução econômica da Arábia Saudita e, conseqüentemente, a evolução da opinião internacional sobre o Reino, principalmente na esfera econômica.

Tabela 1: Classificação da Arábia Saudita nos principais índices e rankings globais

Medida	Ano	Posição / Pontuação	Variação	Fonte
Índice de Percepção da Corrupção	2016	46/180		7 transparency.org
	2021	53/180		
Índice Global de Inovação		49/127		-17 globalinnovationindex.org
	2021	66/131		
IED dos EUA na Arábia Saudita (em milhões de USD)	2016	10.164		1.222 bea.gov
	2020	11.386		
Renda Nacional Bruta (USD)	2016	21,61		0,32 worldbank.org
	2020	21,93		

Fonte: De autoria própria; U.S Department of State (2021).

É perceptível que o país apresentou variação positiva em três das quatro métricas expostas. O aumento de 46 para 53 pontos no Índice de Percepção da Corrupção mostra que os esforços nacionais para o combate às más-práticas estatais e o mal-uso dos recursos públicos foram frutíferos. Já o aumento do Investimento Externo Direto advindo dos EUA em 1.222 milhões de dólares dá indícios da maior atratividade do Reino para os investidores internacionais. Por fim, o crescimento na Renda Nacional Bruta demonstra que, entre outros fatores, houve um aumento da receita auferida por cidadãos sauditas de fontes estrangeiras.

4.6.2 Mídia internacional

Verificar como as reformas foram percebidas pela mídia internacional também é chave para determinar a repercussão internacional das políticas de MBS.

Nos Estados Unidos, Al-Issa, proeminente membro do Conselho de Eruditos Sênior e Secretário Geral da Liga Mundial Muçulmana, recebeu uma medalha do Conselho Nacional das Relações EUA-Arábia em 2019 por seu trabalho internacional em promover a harmonia e a paz globais. Ivanka Trump, filha do então presidente dos EUA Donald Trump, elogiou a Arábia Saudita por seu progresso na igualdade de gênero no Fórum Global da Mulher em 2020. Donald Trump também não deixou de fazer elogios a MBS e suas políticas, parabenizando o líder por ter feito um trabalho espetacular. No entanto, após o assassinato do jornalista Jamal Khashoggi na Turquia que, de acordo com relatórios da CIA, foi aprovado

pelo Príncipe Herdeiro, a imagem reformista de MBS foi manchada internacionalmente e a entrada de Joe Biden na presidência dos EUA esfriou ainda mais as relações entre os países.

Israel, por sua vez, recebeu a liderança de MBS positivamente e os países agora trabalham para realizar uma aliança sem precedentes históricos, que têm sido chamada pela mídia de “acordo” do século. Há apenas alguns anos atrás, a aliança entre sauditas e israelenses teria sido considerada utópica, no entanto, a antipatia pelo Irã e a determinação em resolver a questão palestina parecem ter unido as autoridades políticas das nações. Visões extremistas foram amplamente adotadas pelos países muçulmanos da Península Arábica quanto ao Estado de Israel e o povo judeu, contudo, sob a nova política de MBS, conselheiros conhecidos por suas posições de simpatia pelo país e hostilidade contra o Hamas ganharam espaço e possibilitaram a aproximação e as negociações do acordo.

Na Europa, MBS encontrou mais resistência e, apesar de suas reformas terem sido amplamente noticiadas pela mídia do continente, os jornais chamaram igualmente atenção ao seu papel no apoio da guerra do Iêmen, no assassinato do jornalista turco e em outros casos de desrespeito aos direitos humanos. Sua visita à Inglaterra chegou a causar protestos, nos quais os participantes se manifestaram contra a crise humanitária e a guerra que assola o Iêmen. Não obstante, o líder saudita foi recepcionado com honras pela família real inglesa e pelo partido conservador inglês.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do referencial teórico e dos dados apresentados, é possível responder ao questionamento levantado no capítulo introdutório da presente pesquisa. O relacionamento entre política e religião na Arábia Saudita não dá sinais de enfraquecimento, pelo contrário, o *establishment* religioso têm demonstrado grande importância instrumental para a legitimação das políticas e consolidação do poder de MBS. Um dos pilares descritos por Al-Rasheed (2018) como fundamental para a estabilidade saudita nas últimas seis décadas (o forte relacionamento entre o Estado e o *establishment* religioso) mantém-se estável. Portanto, na visão do autor, a legitimidade ideológica do regime estaria assegurada.

O Conselho de Eruditos Sênior, as Cortes Judiciárias, o Ministério da Educação e outras instituições pertencentes aos *establishment* religioso não formam marginalizadas como poderia-se esperar, e, apesar de terem defendido até poucos anos atrás uma abordagem conservadora do Islã, agora propagam uma visão Islâmica menos radical, em acordo com os novos projetos da classe governante saudita. Isso se dá pois, ao mesmo tempo em que são

valiosos instrumentos para o Estado, “[...] não estão em posição para liderar nenhum movimento de oposição.” (FAROUK, 2021, n.p, tradução nossa). A elite religiosa se consolidou juntamente à política, portanto, teria tanto a perder quanto o Estado com movimentos de oposição. Além disso, a principal interpretação Wahhabi lhe confere a responsabilidade de apoiar o líder legítimo, assim como aconselhá-lo. Não obstante, o Wahhabismo abrange uma multiplicidade de vozes e discretas manifestações contrárias à autoridade política foram notadas, dentre as quais a mais notável foi a do Grande Mufti saudita. A capacidade da elite eclesiástica de estruturar, ao longo prazo, um movimento de oposição significativo é ainda incerta, considerando que mesmo a oposição organizada de figuras religiosas marginalizadas seria um passo radical no contexto histórico e atual do país.

No entanto, que os meios continuem os mesmos não significa que os fins também permanecem iguais. MBS realizou reformas significativas e tem sido bem sucedido em melhorar a imagem da nação internacionalmente, diversificar a economia e controlar movimentos Islâmicos extremistas. O receio de que o Estado saudita esteja “[...] cortejando o Ocidente, ao invés de atendendo às demandas orgânicas de constituintes domésticas [...]” (FAROUK, 2021, n.p, tradução nossa), é legítimo, considerando que os governantes do país têm adotado posturas ambíguas, ao mesmo tempo discursando a favor da tolerância, da paz e da diversidade e condenando à prisão indivíduos que defendem na prática esses ideais. De acordo com Farouk (2021), liberalização social e política não vem necessariamente em conjunto, e este é justamente o caso na Arábia Saudita, onde o controle político se torna cada vez mais centralizado e o aparato estatal poderoso, não obstante, significativas conquistas foram obtidas pelos cidadãos no âmbito social, entre elas a ampliação dos direitos das mulheres e o acesso à cultura.

Quanto ao futuro, o caráter centralizador do Estado pode fazer com que a reversão das reformas implementadas seja facilitada. Serão necessários anos até que as mudanças estejam consolidadas e relativamente seguras. No âmbito religioso, os discursos, símbolos e hierarquias sagradas continuam sendo de grande importância para o Estado, ao longo-prazo, a autoridade de MBS pode estar consolidada a ponto do monarca decidir implementar mudanças mais profundas no *establishment* religioso, no entanto, esta é apenas uma dentre várias possibilidades - o Príncipe pode optar, por exemplo, por ampliar o seu domínio sobre a religião e a sociedade e, assim, ampliar o uso da religião para fins políticos.

As intenções do Príncipe com as reformas não são completamente claras, no entanto, percebe-se que o melhor posicionamento do país na geopolítica global pode ser um de seus

mais importantes motivadores, considerando que, na guerra indireta de influências contra o Irã, a Arábia Saudita colocou-se como defensora dos interesses ocidentais na região da Península Arábica e aliada dos EUA em seus conflitos, também indiretos, com a Rússia.

Aliado a isso, o aumento recente das tensões globais, o maior isolamento da Rússia e a ascensão da China, podem ser sinais de uma nova ordem global que se forma. Neste contexto, os Estados Unidos, China e Rússia buscam novas parcerias comerciais, a criação de novas e o fortalecimento de velhas alianças globais, a fim de se estabelecerem como hegemons desta nova ordem. Com isso, o Oriente Médio pode vir a ser uma peça central nas disputas globais por poder e influência entre estas nações e, assim, as reformas de MBS podem consolidar o país como representante dos interesses ocidentais na região, já que, para alcançar esta posição e obter maior apoio das grandes potências globais, o Reino necessita alinhar-se aos valores e expectativas ocidentais.

As motivações do Príncipe Herdeiro podem ser incertas, no entanto, uma coisa é certa, a Arábia Saudita é um país que vale a pena ser observado cuidadosamente nos próximos anos e continuará tendo grande relevância como caso de estudo para a instrumentalização política da religião.

6. REFERÊNCIAS

- 500, The Muslim. **HE Sheikh Abdul-Aziz ibn Abdullah Aal Al-Sheikh**: grand mufti of the kingdom of Saudi Arabia. Grand Mufti of the Kingdom of Saudi Arabia. 2022. Disponível em: <https://themuslim500.com/profiles/abdul-aziz-ibn-abdullah-aal-al-sheikh/>. Acesso em: 08 jul. 2022.
- ABDERRAHMANI, Kamel. **Mohammed Bin Salman attempts to reform Islam**. 2021. Disponível em: <https://www.asianews.it/news-en/Mohammed-Bin-Salman-attempts-to-reform-Islam-53085.html>. Acesso em: 22 jun. 2022.
- AL QUDS AL ARABI. 2020. **ماذا يعني تجديد “هيئة كبار العلماء” في السعودية؟**. Disponível em: <https://www.alquds.co.uk/>. Acesso em: 10 jun. 2022.
- AL-ISSA, Dr. Muhammad (org.). **DR. MUHAMMAD AI-ISSA**. 2020. Disponível em: <https://mohammadalissa.com/en>. Acesso em: 11 jun. 2022.
- AL-RASHEED, Madawi. **Kingdom without Borders**: Saudi Arabia’s Political, Religious and Media Frontiers. New York: Columbia University Press. 2009.
- AL-RASHEED, Madawi. **Salman’s Legacy**: The Dilemmas of a New Era in Saudi Arabia. London: Oxford University Press. 2018.
- ALAOUDH, Abdullah. (2018). **State-Sponsored Fatwas in Saudi Arabia**. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/sada/75971>. Acesso em: 08 jul. 2022.
- ALARABIYA NEWS (org.). **New Saudi Islamic affairs minister expert in jurisprudence with moderate social views**. 2018. Disponível em: <https://english.alarabiya.net/features/2018/06/03/New-Saudi-Islamic-affairs-minister-expert-in-jurisprudence-with-moderate-social-views>. Acesso em: 05 jun. 2022.
- ALVES, M. C., & SILVA, E. M. de A. da. (2020). **Mahdi**: o messias islâmico xiita . *Revista de Cultura Teológica*. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/view/50263/html>. Acesso em: 08 jul. 2022.
- ARAB NEWS (org.). **Full Transcript: Crown Prince Mohammed bin Salman interview with Saudi journalist Abdullah Al-Mudaifer** . 2021. Disponível em: <https://www.arabnews.com/node/1850146/media..> Acesso em: 22 jun. 2022.
- ARAB NEWS (org.). **Saudi fatwa rules women can solemnize marriages**. 2017. Disponível em: <https://www.arabnews.com/node/1077831/saudi-arabia>. Acesso em: 10 jul. 2022.
- ARAB NEWS (org.). **Saudi Islamic affairs body launches Endowment Investment Funds project**. 2018. Disponível em: <https://www.arabnews.com/node/1319296/saudi-arabia>. Acesso em: 05 jun. 2022.
- BARKER, Chris; JANE, Emma A.. **Cultural Studies**: theory and practice. London: Sage, 2005.

BARTELT, Dawid. **Sonderweg e German Angst? Alemanha define fim da era nuclear no país.** 2011. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2011/07/19/sonderweg-e-german-angst-alemanha-define-fim-da-era-nuclear-no-pais>. Acesso em: 30 jun. 2022.

BBC (org.). **Afganistão: o que é a Sharia, lei islâmica que o Talebã quer aplicar no país?.** (2021). *BBC News*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-58251684>. Acesso em: 08 jul. 2022.

BBC (org.). **Mecca 1979: the mosque siege that changed the course of saudi history.** The mosque siege that changed the course of Saudi history. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/stories-50852379>. Acesso em: 29 jun. 2022.

BBC (org.). **Saudi Arabia allows women to travel independently.** 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-49201019>. Acesso em: 10 jul. 2022.

BBC (org.). **Saudi Arabia: Why is going to the cinema suddenly OK?** 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-43738718>. Acesso em: 10 jul. 2022.

BERGER, Peter L.. Reflections on the Sociology of Religion Today. **Sociology Of Religion**, [S.L.], v. 62, n. 4, p. 443-454, dez. 2001. Oxford University Press (OUP). <http://dx.doi.org/10.2307/3712435>.

Britannica, The Editors of Encyclopaedia. "fatwa". *Encyclopedia Britannica*, 27 Sep. 2016, <https://www.britannica.com/topic/fatwa>. Accessed 1 July 2022.

BROWN, Nathan J.; FAROUK, Yasmine. **Saudi Arabia's Religious Reforms Are Touching Nothing but Changing Everything.** 2021. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/2021/06/07/saudi-arabia-s-religious-reforms-are-touching-nothing-but-changing-everything-pub-84650>. Acesso em: 08 jul. 2022.

CHEREM, Youssef. **Jihad: Duas interpretações contemporâneas de um conceito polissêmico.** [S. l.], p. 83–99, 2010.

CHRISAFIS, Angelique. **Marine Le Pen goes on trial charged with anti-Muslim hate speech: french front national party leader made comments at a rally in 2010, prompting anti-racism and human rights groups to bring case against her.** French Front National party leader made comments at a rally in 2010, prompting anti-racism and human rights groups to bring case against her. 2015. Disponível em: https://www.theguardian.com/world/2015/oct/20/marine-le-pen-trial-charged-anti-muslims-hate-speech?CMP=gu_com. Acesso em: 07 jul. 2022.

CHRISTIANITY, Western; TAYLOR, Charles; WORLD, North Atlantic; AGE, Secular; III, Secularity; COLLEGIUM, Swedish; STUDY, Advanced; STUDIES, Near Eastern. **A Secular Age Beyond the West.** [s.l: s.n.]. DOI: 10.1017/9781108278195.

CHULOV, Martin. **How Saudi elite became five-star prisoners at the Riyadh Ritz-Carlton:** this article is more than 4 years old detention of more than 30 senior figures in

hotel highlights how kingdom depends on tribal loyalty to secure royal family’s reign. This article is more than 4 years old Detention of more than 30 senior figures in hotel highlights how kingdom depends on tribal loyalty to secure royal family’s reign. 2017. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2017/nov/06/how-saudi-elite-became-five-star-prisoners-at-the-riyadh-ritz-carlton>. Acesso em: 23 jun. 2022.

COPSON, Andrew. (2019). **Secularism** : A Very Short Introduction (O. University Press, Ed.; 1st ed.). Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/515860139/610-Secularism-A-Very-Short-Introduction>. Acesso em: 08 jul. 2022.

CORREIO BRAZILIENSE (org.). (2022). **Justiça francesa proíbe uso de ‘burkini’ em piscinas públicas do país.** Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/mundo/2022/05/5010830-justica-francesa-proibe-uso-d-e-burkini-em-piscinas-publicas-do-pais.html>. Acesso em: 08 jul. 2022.

DELONG-BAS, Natana J. Islam and Power in Saudi Arabia. **The Oxford Handbook of Islam and Politics**, 2013, n. December, p. 411–422, 2013.

DW (org.). **Saudi Arabia to allow women to drive: state media.** 2017. Disponível em: <https://www.dw.com/en/saudi-arabia-to-allow-women-to-drive-state-media/a-40699328>. Acesso em: 10 jul. 2022.

EL-AFFENDI, A.A.. **Political culture and the crisis of democracy in the Arab world.** In: MAKDISI, Ibrahim Elbadawi. e Samir (ed.). *Democracy in the Arab world: explaining the deficit.* London: Elbadawi, I. e Makdisi, S., 2010. p. 12-40. (Routledge Studies in Middle Eastern Politics).

FERREIRA, F. C. B. **Hajj, Umrah – uma peregrinação num espaço energizado e concêntrico** (Hajj, Umrah - a pilgrimage in a space energized and concentric) - DOI: 10.5752/P.2175-5841.2013v11n31p891. **HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v. 11, n. 31, p. 891-913, 26 set. 2013.

FLOCK, Elizabeth. **Saudi Arabian women banned from driving because of fatwa against gender ‘mixing.’** 2011. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/blogs/blogpost/post/fatwa-against-gender-mixing-prevents-saudi-women-from-driving-according-to-wikileaks-cable/2011/06/06/AGVVTDKH_blog.html. Acesso em: 08 jul. 2022.

FRANCE PRESSE (org.). (2014). **Entenda o que é um califado.** *France Presse.* Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/06/entenda-o-que-e-um-califado.html>. Acesso em: 08 jul. 2022.

HABERMAS, Jürgen. **Notes on Post-Secular Society.** 2008. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1540-5842.2008.01017.x>. Acesso em: 09 jun. 2022.

HASA NEWS (org.). 2020. **بمزايا وشروط... “الشؤون الإسلامية” تعلن عن مبادرة تعيين 25 ألف إمام مؤذنين.** Disponível em: <https://www.hasanews.com/6616533.html>. Acesso em: 05 jun. 2022.

HELFONT, Samuel. **Saddam and the Islamists: the ba'thist regime's instrumentalization of religion in foreign affairs.** *The Middle East Journal*, [S.L.], v. 68, n. 3, p. 352-366, 15 jul. 2014. *The Middle East Journal*. <http://dx.doi.org/10.3751/68.3.11>.

HIRO, Dilip. **Cold War in the Islamic World: Saudi Arabia, Iran and the Struggle for Supremacy.** [s.l.: s.n.]. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/269107473_What_is_governance/link/548173090cf22525dcb61443/download%0Ahttp://www.econ.upf.edu/~reynal/Civil_wars_12December2010.pdf%0Ahttps://think-asia.org/handle/11540/8282%0Ahttps://www.jstor.org/stable/41857625.

HIRSCHMAN, Albert O. **A economia como ciência moral e política.** São Paulo: Brasiliense, 1986. 133p.

HOUSE, Freedom. **Saudi Arabia.** 2019. Disponível em: <https://freedomhouse.org/country/saudi-arabia/freedom-net/2019>. Acesso em: 18 jun. 2022.

HUNTINGTON, Samuel P. **The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order.** London: Simon & Schuster, 2011.

IBRAHIM, Arwa. (2019). **What is Sahwa, the Awakening movement under pressure in Saudi?.** *Al Jazeera.* Disponível em: <https://www.aljazeera.com/features/2019/6/5/what-is-sahwa-the-awakening-movement-under-pressure-in-saudi>. Acesso em: 08 jul. 2022.

INDEPENDENT (org.). **Saudi women allowed to live alone without permission from male guardian.** 2017. Disponível em: <https://www.independent.co.uk/news/world/middle-east/saudi-women-live-alone-male-guardian-b1864267.html>. Acesso em: 10 jul. 2022.

INDEPENDENT (org.). 2019. **المناهج الدراسية السعودية كيف كانت وكيف أصبحت خلال 30 سنة.** Disponível em: <https://www.independentarabia.com/node/50666>. Acesso em: 06 jun. 2022.

INSIDE ARABIA (org.). **Saudi Arabia's Labor Reforms are a Step Forward but Still Insufficient.** 2021. Disponível em: <https://insidearabia.com/saudi-arabias-labor-reforms-are-a-step-forward-but-still-insufficient/>. Acesso em: 10 jul. 2022.

ISSUES, Intellectual. **The Role of Religious Education in Promoting Peace.** 2019. Disponível em: <https://iifa-aifi.org/en/33161.html>. Acesso em: 23 jun. 2022.

Kingdom of Saudi Arabia. **Vision 2030.** Disponível em: https://www.vision2030.gov.sa/media/rc0b5oy1/saudi_vision203.pdf. Acesso em: 11 jul. 2022.

KÜNKLER, Mirjam; MADELEY, John; SHANKAR, Shylashri. **A Secular Age beyond the West: religion, law and the state in asia, the middle east and north africa.** Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

LAL, Deepak. **Poverty and Progress: realities and myths about global poverty.** *Population And Development Review*, [S.L.], v. 40, n. 1, p. 174-175, mar. 2014. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1728-4457.2014.00663.x>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1728-4457.2014.00663.x>. Acesso em: 11 jul. 2022.

LAPIDUS, Ira M.. **A History of Islamic Societies.** 3. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

LAPIDUS, Ira M.. **STATE AND RELIGION IN ISLAMIC SOCIETIES.** *Past & Present*, [S.L.], v. 151, n. 1, p. 3-27, 1 maio 1996. Oxford University Press (OUP). <http://dx.doi.org/10.1093/past/151.1.3>.

LEAKS, Saudi. **Analysis: The so-called religious reforms aimed at strengthening the authority of Mohammed bin Salman.** 2022. Disponível em: <https://saudileaks.org/en/religious-reforms/>. Acesso em: 30 jun. 2022.

LEE, Robert D.. **Religion and Politics in the Middle East: identity, ideology, institutions, and attitudes.** 2. ed. Boulder: Routledge, 2013.

LEWIS, Bernard. **What Went Wrong?: western impact and middle eastern.** London: Oxford University Press, 2002.

MAKIYA, Kanan. **Republic of Fear: the politics of modern iraq, updated edition, with a new introduction.** Berkeley: University Of California Press, 1998.

MARCOMINI, Roberson Augusto. **A Religião como Instrumento da Política: Nas Trilhas de Maquiavel.** [s.l.] : Editora Fi, 2020.

MEDDEB, Abdelwahab. **La maladie de l'islam, Paris, Seuil,** (coll. La couleur des idées), 2002, 222 p. *Revue Des Mondes Musulmans Et de La Méditerranée*, [S.L.], v. 1, n. 101-102, p. 334-338, 15 jul. 2003. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/remmm.2447>.

NAJEMY, John M. Papius and the chickens, or Machiavelli on the necessity of interpreting religion. **Journal of the History of Ideas**, [S. l.], p. 659–680, 1999. DOI: 10.2307/3654113.

NATIONS, United. **UN expert denounces the propagation of hate speech through social media.** 2020. Disponível em:

<https://www.ohchr.org/en/press-releases/2020/02/un-expert-denounces-propagation-hate-speech-through-social-media>. Acesso em: 08 jul. 2022.

NEAL, Arthur G.. **Sociological Perspectives on Modernity: multiple models and competing realities.** New York: Peter Lang, 2007.

NEREIM, Vivian. **Giant Rave in Saudi Desert Pushes Kingdom's Changing Boundaries.** 2021. Disponível em:

<https://www.bloomberg.com/news/articles/2022-07-08/musk-says-he-s-terminating-44-billion-deal-to-buy-twitter>. Acesso em: 1 jul. 2022.

NIHAL, Mariam. (2021). **Driving ambition: Saudi women reflect on three years at the wheel.** *The National*. Disponível em: <https://www.thenationalnews.com/gulf/saudi-arabia/driving-ambition-saudi-women-reflect-on-three-years-at-the-wheel-1.1247629>. Acesso em: 08 jul. 2022.

NOACK, Rick. **Map: These are the world's least religious countries.** 2015. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2015/04/14/map-these-are-the-worlds-least-religious-countries/>. Acesso em: 03 jun. 2022.

NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. **Sacred and Secular: Religion and Politics Worldwide.** [s.l: s.n.].

OKAZ (org.). «هينة الأوقاف» تؤسس ذراعها الاستثمارية لتنويع مصادر الدخل. 2019. Disponível em: <https://www.okaz.com.sa/citizen-voice/na/1746138>. Acesso em: 10 jul. 2022.

OKAZ (org.). 2018. الشورى لـ«الحدیثة عدل»: دربووا القضاة على القضايا المعاصرة والتطورات العدلية. Disponível em: <https://www.okaz.com.sa/local/na/1674041>. Acesso em: 10 jun. 2022.

OKAZ (org.). 2017. وزير العدل يدشن مبنى مركز التدريب العدلي ويطلق دبلوم المحاماة. Disponível em: <https://www.okaz.com.sa/local/na/1562696>. Acesso em: 10 jun. 2022.

OKAZ (org.). 2017. وزير العدل يدشن مبنى مركز التدريب العدلي ويطلق دبلوم المحاماة. Disponível em: <https://www.okaz.com.sa/local/na/1562696>. Acesso em: 12 jun. 2022.

OLSON, Laura R.. **Trump's use of religion follows playbook of authoritarian-leaning leaders the world over.** 2020. Disponível em: <https://theconversation.com/trumps-use-of-religion-follows-playbook-of-authoritarian-leaning-leaders-the-world-over-140050>. Acesso em: 28 jun. 2022.

OMELICHEVA, Mariya Y. Islam and power legitimation: instrumentalisation of religion in Central Asian States. **Contemporary Politics**, [S. l.], p. 144–163, 2016. DOI: 10.1080/13569775.2016.1153287.

PLATTEAU, Jean-Philippe. **ISLAM Instrumentalized: Religion and Politics in Historical Perspective.** 2017. DOI: 10.1017/9781316658727.

POLLACK, Josh. **ANTI-AMERICANISM IN CONTEMPORARY SAUDI ARABIA.** Middle East Review Of International Affairs, [s. l.], v. 7, n. 4, p. 30-43, dez. 2003. Disponível em: https://ciaotest.cc.columbia.edu/olj/meria/meria_dec03/meria03_poj01.pdf. Acesso em: 10 jul. 2022.

RALEIGH, Sam. **Update On The Assassination Of Jamal Khashoggi And The Recent Admission Of His Murder.** 2018. Disponível em: <https://theowp.org/update-on-the-assassination-of-jamal-khashoggi-and-the-recent-admission-of-his-murder/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

REINHARDT, Bruno. **Os estudos críticos da religião e do secularismo: virada ou paradigma?** 2020. Disponível em: <https://scielo.pt/pdf/rccs/n123/n123a06.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2022.

REIS, Livia; EVANGELISTA, Ana Carolina. **Neoconservadorismo, família, moral e religião nos primeiros anos do governo Bolsonaro**. 2021. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2021/04/10/neoconservadorismo-familia-moral-e-religiao-nos-primeiros-anos-do-governo-bolsonaro>. Acesso em: 08 jun. 2022.

SAUD, House Of (ed.). **King Faisal bin Abdulaziz al Saud**. 0000. Disponível em: <https://houseofsaud.com/profiles/king-faisal-bin-abdulaziz-al-saud/>. Acesso em: 01 jul. 2022.

SAUDI GAZETTE (org.). (2022). **Final fatwa is from the King, asserts Crown Prince**. *Saudi Gazette*. Disponível em: <https://saudigazette.com.sa/article/617729/SAUDI-ARABIA/Final-fatwa-is-from-the-King-asserts-Crown-Prince>. Acesso em: 08 jul. 2022.

SAUDI GAZETTE (org.). **Procedures for release of foreign publications being expedited**. 2021. Disponível em: <https://saudigazette.com.sa/article/608026/SAUDI-ARABIA/Procedures-for-release-of-foreign-publications-being-expedited>. Acesso em: 10 jul. 2022.

Saudi Press Agency . **Ministry of Culture Announce Kicking off Art's Sojourn Events, Held at Ancient Ballad, Jeddah**. 2020. Disponível em: <https://www.spa.gov.sa/viewstory.php?lang=en&newsid=2133610>. Acesso em: 10 jul. 2022.

Saudi Press Agency. **Saudi Arabia Interests Greatly in Developing Educational System**. 2022. Disponível em: <https://www.spa.gov.sa/viewstory.php?lang=en&newsid=2363744>. Acesso em: 06 jun. 2022.

Saudi Press Agency. **Saudi Films' Festival Events Continue, amid Wide-Scale Cultural Participation**. 2020. 2020. Disponível em: <https://www.spa.gov.sa/viewstory.php?lang=en&newsid=2130026>. Acesso em: 10 jul. 2022.

Saudi Vision 2030 - Kingdom of Saudi Arabia. **Progress & Achievements**. 2022. Disponível em: <https://www.vision2030.gov.sa/v2030/achievements/#:~:text=A%20Thriving%20Economy%3A%20This%20pillar,to%20the%20GDP%20has%20increased..> Acesso em: 11 jul. 2022.

SOBOLESKI, Josete. **A Religião como Instrumento Formador e Mantenedor do Estado em Maquiavel**. [S. l.], p. 38–47, 2011.

SPEECH, The Future Of Free (ed.). **LE PEN v FRANCE**. 2020. Disponível em: <https://futurefreespeech.com/le-pen-v-france/>. Acesso em: 05 jul. 2022.

STEVE CRABTREE. Gallup (ed.). **Religiosity Highest in World's Poorest Nations**. 2010. Disponível em: <https://news.gallup.com/poll/142727/Religiosity-Highest-World-Poorest-Nations.aspx#:~:text=WASHINGTON%2C%20D.C.%20--%20Gallup%20surveys%20in%202011%20countries,from%20what%20Gallup%20has%20found%20in%20other%20years..> Acesso em: 11 jul. 2022.

SVETLOVA, Ksenia. **Holocaust Denial Still Common in the Arab World but Views Are Changing**. 2022. Disponível em:

<https://themedialine.org/top-stories/holocaust-denial-still-common-in-the-arab-world-but-vie ws-are-changing/>. Acesso em: 15 jun. 2022.

THE ARAB WEEKLY (org.). **Saudi Arabia strives to roll back Muslim Brotherhood influence in education**. 2020. Disponível em:

<https://thearabweekly.com/saudi-arabia-strives-roll-back-muslim-brotherhood-influence-educ ation>. Acesso em: 06 jun. 2022.

THE CHRISTIAN SCIENCE MONITOR (org.). **Art in the forbidden zone: inside the saudi cultural awakening**. Inside the Saudi cultural awakening. 2020. Disponível em:

<https://www.csmonitor.com/World/Middle-East/2020/0527/Art-in-the-forbidden-zone-Inside-t he-Saudi-cultural-awakening>. Acesso em: 10 jul. 2022.

THE NEW YORK TIMES (org.). (2022). **A Crusade to Challenge the 2020 Election, Blessed by Church Leaders**. Disponível em:

<https://www.nytimes.com/2022/04/25/us/politics/evangelical-churches-trump-election.html>. Acesso em: 08 jul. 2022.

THE WASHINGTON POST (org.). **Saudi Arabia is moving to rein in its religious police. Sort of**. 2017. Disponível em:

<https://www.washingtonpost.com/news/monkey-cage/wp/2017/08/16/saudi-arabia-is-moving-to-rein-in-its-religious-police-sort-of/>. Acesso em: 10 jul. 2022.

THE WORLD BANK. (2020). **Oil rents (% of GDP) - Saudi Arabia**. Disponível em:

<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PETR.RT.ZS?end=2019&locations=SA&start=2001>. Acesso em: 08 jul. 2022.

THE WORLD BANK. (2022). **Saudi Women Are Taking on New Jobs with a Twist**. Disponível em:

<https://www.worldbank.org/en/news/feature/2022/03/02/saudi-women-are-taking-on-new-job s-with-a-twist>. Acesso em: 08 jul. 2022.

TODOROV, Tzvetan. **As Morais da História**. 1992. Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/1hfaX8rzPGWZkKOHiZeMGxqHmFPPntuk2/view>. Acesso em: 02 jul. 2022.

ULRICHSEN, Kristian Coates; SHELINE, Annelle. Mohammed bin Salman and Religious Authority and Reform in Saudi Arabia. **Rice University's Baker Institute for Public Policy**, [S. l.], n. 09.19.19, p. 1–9, 2019.

VEJA (org.). (2021). **Talibã anuncia anistia geral e pede que mulheres se juntem ao governo**. *Veja*. Disponível em:

<https://veja.abril.com.br/mundo/taliba-anuncia-anistia-geral-e-pede-que-mulheres-se-juntem-a o-governo/>. Acesso em: 08 jul. 2022.

ZAPF, Wolfgang. **Modernization theory - and the non-western world**. 2004. Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/50239/1/393840433.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2022.

WAQEF. 2017. ملياراً قيمة أصول تسلمتها «الهيئة العامة للأوقاف» .. وتسجيل 600 وقف سنويا. Disponível em: https://waqef.com.sa/livenews_show.php?show=64. Acesso em: 05 jun. 2022.

WÜRTEMBERG, Baden- (ed.). **What is modernization? – Attempts at a definition.** 0000. Disponível em: <https://www.schule-bw.de/faecher-und-schularten/gesellschaftswissenschaftliche-und-philosophische-faecher/geschichte/unterricht/11-12/3-4-1-2/modernisation/ab1b.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2022.

ولماذا يعني تجديد "هيئة كبار العلماء" في السعودية؟ [O que significa a renovação do Conselho de Acadêmicos Sênior na Arábia Saudita?]. 2022. Disponível em: <https://www.alquds.co.uk/ماذا-يعني-تجديد-هيئة-كبار-العلماء-في-السعودية/>. Acesso em: 05 jul. 2022.